DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 20 de maio de 2024.

Edição 4171 | Páginas: 20

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 66º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Neto Loureiro;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputado Rárison Barbosa;
f) Deputado Coronel Chagas;
g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputada Aurelina Medeiros - Presidente;
b) Deputado Jorge Everton - Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice -Presidente;
c) Deputado Armando Neto;
d) Deputado Marcos Jorge;
e) Deputado Isamar Júnior;
f) Deputada Aurelina Medeiros;
g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:
a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
b) Deputado Dr. Meton –Vice- Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
b) Deputado Neto Loureiro – Vice -Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Dr. Meton;
f) Deputado Gabriel Picanço;
g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Catarina Guerra - Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral - Vice- Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Neto Loureiro;
f) Deputado Idázio da Perfil;
g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputado Renato Silva;
e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:
a) Deputado Armando Neto – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Armando Neto;
e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:
a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
c) Deputado Odilon;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciências, Técnologia e Inovação
a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Dr. Meton;
e) Deputado Armando Neto;
f) Deputado Chico Mozart;
g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Neto Loureiro;
e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
c) Deputado Lucas Souza;
d) Deputada Tayla Peres;
e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
d) Deputado Isamar Júnior;
e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcos Jorge;
d) Deputado Eder Lourinho;
e) Deputado Renato Silva;
f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
g) Deputado Coronel Chagas – 2º Suplente.

XXI – Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputada Angela Águida Portella;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Idázio da Perfil;
e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa
- Requerimento nº 046/2024 02
- Ata da 12ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 02
- Ata da 13ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 13
- Ata da 14ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 15
- Ata da 15ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 17

Superintendência Administrativa
- Resoluções nº 409 a 418/2024 19

Superintendência de Gestão de Pessoas
- Errata da Resolução nº 3168/2024 20
- Resoluções nº 3185 a 3187/2024 20

Comissão Permanente de Licitação
- Errata do Pregão Presencial (SRP) 024/2023 20

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: http://www.al.rr.leg.br
Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA
Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 46/2024

Requerimento para realização de Audiência Pública no Plenário Noêmia Bastos Amazonas no dia 26 de junho de 2024, na forma que especifica.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Francisco dos Santos Sampaio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, em conformidade com o inciso IX do §1º do art. 185 c/c art. 209, ambos do do Regimento Interno desta Casa, requer a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, a realização de Audiência Pública, a ser realizada no dia 26 de junho de 2024, a partir das 09h00, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, na modalidade híbrida (presencial e tele presencial).

A referida audiência tem como objetivo discutir o tema **"A família contra às drogas".** Acredita-se que todo apoio e prevenção a esta causa é válida, haja vista que o combate as drogas é um problema cada vez mais grave e afeta diretamente a população local. Precisamos conscientizar os jovens sobre o perigo do consumo de drogas e envolver a participação ativa da sociedade para juntos atuarmos na prevenção deste mal.

Diante do exposto, demostrada a importância do evento, solicito ainda apoio desta casa legislativa para as necessidades de sua realização, como o Cerimonial, Superintendência de Comunicação, Assistência às Comissões, Taquigrafia, Logística e demais departamentos desta Casa que tenham alguma função para o bom andamento do referido momento de discussão.

Palácio Antônio Augusto Martins, 14 de maio de 2024.

Eder Lourinho
Deputado Estadual

ATAS

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM NOVE DE ABRIL DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e doze minutos do dia nove de abril dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima segunda Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Convido o senhor deputado Isamar Júnior para atuar como primeiro-secretário, *ad hoc*.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárison Barbosa** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a ata da Sessão anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 62/2024, referente à solicitação da Carta de serviços do pacto pela primeira infância. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 060/2024**,** de autoria do deputado Armando Neto, que "institui o Dia Estadual do Pescador e da Pescadora"; Projeto de Lei n. 061/2024**,** de autoria do deputado Armando Neto, que "dispõe sobre a destinação do lodo proveniente do tratamento de esgoto no Estado de Roraima"; Projeto de Lei n. 062/2024**,** de autoria do deputado Gabriel Picanço,

que “dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos e Subprodutos Origem Vegetal no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 063/2024**,** de autoria do deputado Lucas Souza, que “altera a Lei nº 963, de 06 de fevereiro de 2014 – que Institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima - CEDM/RR e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 064/2024**,** de autoria do deputado Lucas Souza, que “altera Lei n. 1.172, de 10 de abril de 2017 - a lei que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos”; Projeto de Decreto Legislativo n. 017/2024**,** de autoria de vários deputados, que concede a Comenda Orgulho de Roraima à Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima - Aderr, e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo n. 018/2024**,** de autoria de vários deputados, que concede a Comenda Orgulho de Roraima a servidores da Agência de Defesa Agropecuária do estado de Roraima - Aderr, e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo n. 019/2024**,** de autoria do deputado Jorge Everton, que concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Sr. Marcos Eugênio Soares Duarte, médico veterinário no Estado de Roraima; Projeto de Decreto Legislativo n. 020/2024**,** de autoria do deputado Jorge Everton, que concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Sr. Emílio Bernardon Neto, médico veterinário no Estado de Roraima; Indicação n. 120/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicação n. 121 a 125/2024**,** de autoria do deputado Idazio da Perfil; Indicação n. 122/2024, de autoria do deputado Renato Silva; Indicação n. 123 e 129/2024**,** de autoria da deputada Tayla Peres; Indicação n. 124/2024**,** de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicação n. 126/2024**,** de autoria da deputada Angela Águida Portella; Indicação n. 127 e 128/2024**,** de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n. 130/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora; Indicação n. 131/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Moção de Aplausos n. 011/2024, de autoria do Deputado Jorge Everton, aos Policiais Militares da Companhia Independente de Policiamento Ambiental - CIPA: Cabo PM Leandro Oliveira e Oliveira, Soldado PM Fabiano Barbosa Matos da Silva: Soldado PM Marcelo Ribeiro da Silvar e Soldado PM Blaine Gomes da Costa Junior; Moção de Pesar n. 012/2024**,** de autoria do deputado Idazio da Perfil, pelo falecimento da Senhora Neuza Ribeiro Bezerra; Moção de Aplausos n. 013/2024, de autoria do deputado Dr. Meton, em reconhecimento à Sra. Simone Nassar Tebet (Simone Tebet), Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento; Moção de Aplauso n. 014/2024**,** de autoria da deputada Angela Águida Portella**,** ao Major Francisco Édson Silva Costa; Moção de Aplausos n. 015/2024**,** de autoria da deputada Angela Águida Portella**,** aos Bombeiros Militares e Brigadistas do estado de Roraima; Moção de Aplausos n. 016/2024**,** de autoria do deputado Eder Lourinho**,** pelo “Dia do Jornalista”, comemorado dia 07 de abril passado; Requerimento n. 023/2024**,** de autoria da Comissão Especial, criada nos termos do Ato da Presidência n. 001/2024, que requer prorrogação de prazo para esta Comissão Especial; Requerimento n. 024/2024, de autoria de vários deputados, que requer a realização de Sessão Especial no dia 09 de abril de 2024, às 9h30min, com o intuito de homenagear a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - Aderr, bem como, proceder com a entrega da Comenda Orgulho de Roraima à ADERR e aos seus servidores; Requerimento n. 025/2024**,** de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que requer a realização de Sessão Especial no dia 16 de maio de 2024, às 9h, para homenagem e comemoração à Semana da Enfermagem; Requerimento n. 026/2024**,** de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 007/2024; Pedido de Informação n. 006/2024**,** de autoria do deputado Eder Lourinho, que solicita do Iteraima cópia completa com as imagens da área mapeada pelo Governo do Estado, incluindo a Gleba Baliza – Sul do Estado, com interesse de promover regularização fundiária; Pedido de Informação n. 007/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho, que solicita da FEMARH cópia completa do processo n. PR-00348-01/2023, onde consta denúncia de irregularidades em licenças ambientais emitidas por esta Fundação; Memorando n. 024/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 22 de março de 2024; Memorando n. 029, 030, 032 e 036/2024**,** de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, justificando sua ausência às sessões ordinárias dos dias 12, 19, 21 e 26 de março de 2024, respectivamente; Memorando n. 040/2024**,** de autoria da deputada Joilma Teodora, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 02 de abril de 2024; Requerimento n. 027/2024, requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre o Projeto de Lei n. 002/2024, que “dispõe sobre a política Fundiária e Regularização Rural do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; Projeto de Lei n. 065/2024**,** que revoga a Lei n. 1.874/23, de 19 de outubro de 2023, que “autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito com o Banco do Brasil S/A, com garantia da união e dá outras providências”, de autoria dos deputados Renato Silva e Soldado Sampaio. **DIVERSOS:** Ofício n. 2022/2024, de autoria da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, encaminhando informações referentes às Receitas e Despesas do Fundeb do mês de fevereiro de 2024; Ofício n. 433/2024, de autoria da Secretaria de Estado de Gestão Estratégica e Administração, em resposta ao Pedido de Informação n. 03/2024, do deputado Estadual Marcinho Belota; Ofício n. 149/2024, de autoria da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Ofício n. 001/2024, das Comissões em Conjunto desta Casa Legislativa; Ofício n. 066, 069, 071 e 072/2024, de autoria da Caixa Econômica Federal, referentes às informações sobre Créditos de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Senhor Presidente, temos um orador, deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Convido o deputado Marcelo Cabral para tomar assento à Mesa, enquanto farei o uso do Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral-** Para fazer uso da palavra o deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes nesta sessão, àqueles que acompanham de forma presencial ou que acompanham a sessão através da TV e rádio Assembleia e redes sociais desta Casa. Quero cumprimentar os colegas deputados, em especial o deputado Marcelo Cabral, Presidente da Mesa. Senhoras e senhores, é de conhecimento de todos e não poderia deixar de vir a esta Tribuna dar conhecimento aos colegas deputados e aqueles que interessa, o posicionamento político do grupo do deputado Soldado Sampaio, que foi noticiado no último final de semana nos meios de comunicações, nas redes sociais, o rompimento político do Soldado Sampaio, deixando claro, que eu sei muito bem separar o que é o mandato do deputado Soldado Sampaio e do presidente do Poder Legislativo. O rompimento que se deu foi político, deputado Chico Mozart, do Soldado Sampaio com o grupo político do governador Antonio Denarium. As relações institucionais entre o chefe do Poder Executivo e do Legislativo, assim como também os demais poderes, é dever nosso preservá-las, manter um relacionamento institucional pelo bem da sociedade roraimense. Toda a sociedade roraimense está acima de nós, do Soldado Sampaio, enquanto presidente; está acima do governador Antonio Denarium. Quero, desde já, tranquilizar a sociedade roraimense, e dizer que tudo aquilo que for de interesse da sociedade será mantido, pois assim sempre foi meu comportamento como deputado de quatro mandatos nesta Casa, ora como oposição, ora como líder do governo, ora como base e ora como presidente da Casa. Nunca criei e não vou criar nenhuma restrição a qualquer demanda que venha de interesse da sociedade roraimense. Quero tranquilizar todos, em especial àqueles mais incendiários, que gostam de ver o circo pegar fogo, não me peçam isso no tocante à relação institucional. Já no tocante ao posicionamento político, senhoras e senhores presentes, eu sou muito de entrar de cabeça naquilo que eu acredito. E, acreditei e não tenho nenhum arrependimento pela composição política que fiz com o governador Antonio Denarium, que no primeiro mandato encontrou o estado com problemas sérios, ao ponto de sofrer uma intervenção. Ele foi escolhido à época pelo presidente, para administrar um estado com dificuldades financeiras, desacreditado perante seus fornecedores. Somando a isso, veio uma migração venezuelana muito forte, veio uma pandemia da covid, e naquele momento, como todo cidadão sensato, político sensato, fomos chamados para esse desafio, que era organizar o estado de Roraima dentro daquilo que era necessário, em todos os sentidos, para dar uma tranquilidade política ao governo e ao governador, no sentido de organizar as finanças do governo. Lembro-me muito bem das demandas apresentadas pelos servidores públicos no primeiro e segundo ano de mandato do governador Antonio Denarium. E nós, matando no peito aqui nesta Casa, conversando, dialogando com os servidores, pedindo calma, pedindo paciência, conseguindo uma carência ao governador, para que pudesse primeiro organizar as finanças para depois discutirmos o reconhecimento e a implementação de direitos, às vezes já dado em leis; até mesmo a reposição salarial foi negada no primeiro momento. E, nós, desta Casa, Soldado Sampaio,

com todos vocês, assumimos essa postura, abraçamos a causa pelo bem do estado e conseguimos dar tranquilidade política ao governador Antonio Denarium. Fizemos enfrentamentos políticos. Tivemos um grave problema político, em especial com o presidente da Casa, à época, o ex-deputado Jalser com o governador, e nós fomos convidados e em momento algum me recusei, pelo contrário, pulei na frente do problema, ora como líder do governo, ora como chefe da Casa Civil. E, viemos para cá, posicionamos a Casa muito bem naquele momento. Entendendo que aquela postura do ex-presidente Jalser, não era conveniente para o bem-estar do estado, depois ele teve o seu mandato cassado e destituído, e tivemos a tranquilidade política. Aprovamos leis importantes e necessárias para o estado, como foi a Lei das Terras, o Zoneamento, vários planos de cargos e salários, reposição salarial, leis fitossanitárias, ou seja, fizemos de coração tudo aquilo que era necessário para o desenvolvimento do estado. E, disso eu não tenho que me arrepender, pelo contrário, eu tenho orgulho de dizer que participei, ajudei, e parabenizo o governador neste primeiro momento de governo onde fez um show de gestão. Isso é claro. Não é porque eu declarei oposição ao governador, rompi politicamente que eu vou deixar de reconhecer os avanços. Partimos para um processo político de reeleição, estávamos juntos abraçados, irmanados, construindo as alianças, partidos, para fazer essa composição política junto ao governador Antonio Denarium. Lembro-me muito bem em outubro de 2021, apesar de ter uma boa aprovação, enquanto governo, mas tinha algo em torno de 9 a 11% de intenção de voto, enquanto a candidata adversária surfava na casa dos 70% de intenção de votos. Paramos, eu assumi, modéstia à parte, esse desfio de liderar em algum momento, essa necessidade de fazer com que a sociedade reconhecesse a importância da eleição do governador Antonio Denarium. Trouxemos aliados e fomos resgatar aliados que estavam afastados, fomos atrás de partidos, buscamos construir uma candidatura de senado viável. Vim para esta Casa, conversei com vocês, muitas vezes, muitos colegas já demonstravam desconfiança no governador Antonio Denarium, em especial quando se falava em cumprir o acordado, de respeito ao mandato do parlamentar. E, muitas vezes, vocês sabem do que eu estou falando, me posicionei naquela sala de reuniões, sendo avalista de muitos acordos, e depois o acordo tinha dificuldade em ser cumprido, eu ia de um por um, cobrar para que esses acordos fossem executados dentro daquilo que foi acordado. Estou falando de acordos republicanos, espaço, a liberação de emendas, que era uma demora danada, às vezes, a falta de prestígio e de fortalecimento de um deputado em certo município, esse movimento eu assumi. Vocês sabem do que eu estou falando, por muitas vezes, sendo avalista desses entendimentos com o Executivo. Às vezes me posicionava mais como líder do governo, com aval do líder da época, do que como chefe do Poder, para encontrar um consenso, um entendimento naquilo que era bom para o estado de Roraima. Nada disso eu me arrependo, eu estou tranquilo, com a alma lavada. Fiz de coração aquilo que era melhor para o estado de Roraima. Mas, me preocupou, depois que passamos para uma reeleição, vi um desespero em um processo que valia fazer tudo, a qualquer custo, para ganhar as eleições. Isso causou muitos problemas ao nosso estado, que diga a justiça eleitoral, mas não compete a mim fazer nenhum julgamento, não sou juiz, não sou promotor. Cabe à justiça eleitoral fazer o seu papel e, com certeza, dando o direito à ampla defesa e ao contraditório, todos os recursos necessários. Espero que ele tenha sucesso nessa empreitada, para comprovar diante da justiça eleitoral, que de fato, a sociedade votou no governador Antonio Denarium, em virtude de reconhecer o trabalho, não por possíveis abusos de poder econômico, como vem sendo relatado pelos adversários, pelos partidos que ajuizaram algumas ações. Desejo mesmo toda a sorte e sucesso do mundo e que possa se defender perante a justiça. Mas, me preocupou depois da reeleição, senti um governador que se achava o conhecedor de tudo, que até então parava para ouvir segmentos da sociedade, em especial, o segmento o qual ele representa, que é a turma do agronegócio, era muito ouvida, muito prestigiada nesses debates. Estive na Casa Civil e vi o quanto era frequente o governador receber lideranças políticas, receber segmentos da sociedade, para ouvir e construir políticas públicas. Aí, começou a ter uma centralização e uma alta determinação, achando que conhece tudo, achando e entendendo que a administração pública, simplesmente é uma empresa, a se administrar, de acordo com a vocação do dono. Você tem que estar sintonizado com a sociedade, ouvir os anseios da sociedade, ouvir os segmentos da sociedade. O que vem ocorrendo é o isolamento do governador Antonio Denarium, em meu ponto de vista, há muito tempo, inclusive com esta Casa, que era provocada, apenas para aquilo que necessitava e interessava ao governo. Chegou às vezes de imaginarmos que a sensação que nós tínhamos era que o governador queria uma lei delegada, meter um cadeado na porta da Assembleia, fechar e entregar tudo nas mãos dele para governar da forma que ele entendesse e achasse melhor. E, nós, nunca concordamos com isso, pelo contrário, nós nos posicionávamos, orientávamos, conversávamos, achando que aquilo era um erro, pela falta de experiência política dele, ou por estar muito eufórico com a aprovação popular em especial nas redes sociais. Aprovação essa, construída por nós, pela base, sufocando qualquer gesto de oposição. Nós tínhamos cuidado de fazer isso com respeito, mas era uma forma de fortalecer o governador Antonio Denarium, ele se apropriou disso e acha que isso é exclusivamente mérito dele. Mas, ele é de maior, ele faz a leitura, deve ter seus consultores, seus orientadores, que ele faça a sua decisão política.

Esse processo vem me incomodando e não é de agora, quem olha as redes sociais vai perceber que desde janeiro, eu pouco tenho aparecido ao lado do governador Antonio Denarium, com exceção de uma ou outra solenidade pública, pouco tenho despachado com ele, porque não venho concordando com essa forma de governar. Eu imaginava que seria um governo mais democrático do que foi o primeiro, mas pelo contrário, está se avocando, ele que siga o caminho dele. Eu resolvi não compactuar com isso em todos os sentidos.

A coisa avançou, partimos para um processo político de filiações e alianças políticas, tentando consolidar alguns entendimentos, ao ponto que coloquei a minha candidatura de prefeito, em respeito à minha amiga Catarina, que conversou comigo, dialogamos, tenho só gratidão e admiro Vossa Excelência, mas não tenho do que me queixar. Todo movimento da minha parte quando eu decidi recuar a candidatura de prefeito com a deputada Catarina, houve boas conversas. Catarina, vamos por aqui! Sampaio, posso ir? Então, Catarina não tenho o que me queixar de Vossa Excelência, pelo contrário está no sangue a arte de fazer política, de conversar, de dialogar, de pedir, de se impor na hora certa, só tenho admiração por Vossa Excelência nesse trabalho todo.

Entendi que naquele momento, era de fato o meu recuo à candidatura de prefeito para apresentar a Catarina, como candidata do grupo e assim o fiz. Esperava pelo menos um gesto do governador que tinha interesse, que tem interesse na candidatura da Catarina, de um muito obrigado, de um convite; todos sabem como se deu esse processo. Eu fui chamado lá como se eu fosse um serviçal do governador, que me disse: a candidata agora é a Catarina. E, não foi a Catarina que me disse isso, foi o governo, aliás, um marqueteiro, ligado ao governo, que me fez essa comunicação. Eu disse que não funcionava assim, quando eu decidi ser candidato a prefeito, eu não precisava do aval do governador, eu precisaria da aliança dele, assim como a Catarina precisa. Mas, dessa forma também não funciona, me retirei da reunião até pela ausência do presidente do meu partido, o senador Mecias, e fomos marcar outras conversas. Depois veio a turma do "deixa disso", que eu tinha entendido errado, pedindo desculpas. Relevei mais uma vez, botei na conta dele, achando que aquela velha conta, onde todos aqui já colocaram em algum momento. Achando que ele não era da política, ele não entende política, é inexperiente, vamos dar um desconto, eu botei mais uma vez nessa conta, essa posição minha quando eu recuei, mas vida que segue, fiz o lançamento da pré-candidatura da Catarina, publicamos eu e ela, fomos para cima, ou seja, deixei isso por menos.

Outros momentos que eu posso dizer para vocês que não foi legal em todos os sentidos, não foi respeitoso em todos os sentidos, no tocante à forma do tratar com os deputados, em especial na liberação das emendas. Eu cheguei a ligar para ele: governador, não faça isso! Ter que condicionar o deputado a gravar um vídeo, você sai da sala, faz um despacho e quando o deputado saí da sala, já tem uma equipe de comunicação com um texto montado, forçando, orientando, pressionando o deputado a gravar um vídeo sobre a liberação de suas emendas, ou o governador, às vezes, pegar o telefone do deputado e fazer uma *selfie*, um vídeo gravando, pedindo e orientando o deputado a falar bem do governo. Uma coisa muito forçada em meu ponto de vista. Eu vi muitos colegas meus constrangidos com esse tipo de comportamento, o deputado ia despachar com o governador e saia com a decisão, como se estivesse comprando nas Casas Bahia, parcelando a sua emenda em 5, 6 em 10 vezes para liberar.

E não funciona assim, acho que ele ainda não entendeu a importância do parlamento, não entendeu ainda que esse Poder representa a sociedade roraimense. Isso foi se somando a outros fatos, me lembro muito bem na eleição do Tribunal de Contas, na eleição da vaga, onde a primeira-dama foi eleita. Eu votei na primeira-dama,

fiz campanha para ela, mesmo contrariando um colega desta Casa, que foi candidato, o deputado Jorge Everton. Mas, o Jorge não tem o que reclamar de mim, quando eu decidi votar na primeira-dama, eu conversei com ele, dialoguei, expliquei para ele com todas as justificativas, ele sabe meu posicionamento e tal, que não tem nenhuma mágoa entre eu e o Jorge, porque ele sabe exatamente, foi conversado, foi dialogada a minha posição política, naquela época.

Mas, me preocupou quando eu vi o deputado Jorge reclamando de policiais da inteligência do governo, intimidando-o, o acompanhando-o nas cidades, nas ruas, ao ponto de se deslocarem daqui para a vicinal 11 do município de Rorainópolis, a vicinal 11 fica algo em torno de 12 a 13 quilômetros de Rorainópolis à direita, e está lá uma guarnição de policiais, filmando, fotografando, intimidando o deputado Jorge Everton.

Na época, chamamos o secretário de segurança, pedimos as informações, vieram aqui e deram uma explicação de que foram os policiais que agiram por conta própria, alegaram que tinha uma certa briga interna de alguns agentes que não gostavam do Jorge, e de maneira até equivocada, nós passamos pano morno nisso, e deixamos isso quieto, abrimos um procedimento interno e demos isso por menos, achando que isso era apenas uma disputa eleitoral.

Recentemente, esse fato se repetiu nesta Casa, com o deputado Rárison. O deputado se sentiu extremamente intimidado com esse tipo de comportamento, sendo vigiado, sendo monitorado, informações que todos os senhores já têm, passei para os senhores e, é de conhecimento público. Cobramos aqui do governador um posicionamento, uma explicação do que está acontecendo, qual a ideia, o que está por trás disso, o que significa esse movimento de intimidar deputados, qual a intenção, no mínimo é um desrespeito, sem falar que é até crime esse tipo de comportamento, ninguém gosta disso, isso é inaceitável. Mas, tratei essa demanda com o aval de vocês, tratei essa demanda de maneira republicana, como tem que ser, institucional como tem que ser. Reuni-me com vocês, com a Mesa, fui com o governador e relatei o que estava acontecendo, chamamos o governador aqui nesta Casa para dar uma satisfação. O prazo dele é até quarta-feira, está mantido, não é porque eu rompi hoje, com ele que o prazo vai diminuir. O prazo é até quarta-feira para ele dar uma satisfação a esta Casa, e a resposta não será uma entrevista, uma coletiva de meia dúzia de secretários, sem dizer nada para tentar enganar esta Casa, a sociedade. Ele tem que dar uma satisfação concreta, ou esta Casa vai tomar as devidas providências. E assim, foi pactuado entre nós e eu espero que o deputado se posicione dessa forma, caso não haja uma resposta concreta. E, de fato responsabilizar quem tomou essa iniciativa e se foi o governador, ele que assuma a responsabilidade. Naturalmente, vamos também aplicar a ele a pena necessária, a pena prevista em lei por esse tipo de comportamento. Se ele conseguir eleger um secretário para assumir a responsabilidade, ele que faça, que responsabilize esse tal secretário, não podemos aceitar esse tipo de comportamento, isso é inadmissível dentro de um processo democrático, na independência dos poderes e até na convivência de maneira harmoniosa. São poderes com o mesmo respeito, as mesmas prerrogativas que foi dado pelo processo democrático, pela nossa Constituição e nós não podemos aceitar.

Não quero transformar esse fato em cavalo de batalha, como um dos motivos principais pelo meu rompimento, foi mais um que foi se somando a tantos outros, assim como também foi o processo político eleitoral nessas eleições municipais. O governador tem dificuldades juntamente com o seu partido, liderados pelo senador Hiran de constituir partidos. É uma incompetência só, ao ponto em que nas eleições anteriores, em 2018 o PP elegeu um federal com o nosso apoio, com o meu apoio, com o apoio dos partidos que eu liderava há época. O PP foi incompetente de construir uma chapa de deputado federal, mesmo tendo a coligação, não era o PP sozinho, naquela época tinham as coligações e o PP foi incompetente de fazer isso, esteve lá o deputado Soldado Sampaio, construindo o PP nessa composição.

Depois em 2022 não foi diferente. Aliás, em 2020 para vereador na capital não foi deferente, elegerem um vereador, o vereador Gari, um dos últimos mais votados, elegeram na sobra, basta olhar os cálculos. Em 2022 se nós entrássemos para cuidar do PP, convencer a deputado Angela, o deputado Chico Mozart e a deputada Aurelina de montar o PP, foi uma construção desta Casa, não foi do PP, eu estava lá ajudando a construir o PP nessa época para montar uma chapa, deixamos por conta a chapa de federal e olhem o resultado, não fez sequer os 80% para entrar no rol da distribuição das vagas, e no senado não foi diferente. Abracei a candidatura do senador Hiran de todas as formas para ajudá-lo, ele reconhece isso de público, não sei até quando vai reconhecer, mas isso também não me interessa.

E, nessas eleições de 2024 não foi diferente, em uma conversa muito franca com o senador Mecias, disse para ele a necessidade de construir outro partido. Pedi autorização, por ser filiado ao Republicanos e construir um partido, deputado Neto Loureiro. Consegui construir o PDT, sem arranhar Vossa Excelência, sem arranhar o PMDB, sem arranhar o União, sem arranhar qualquer outro partido e nem o governo no tocante à composição da chapa do PDT e montamos uma chapa excelente. Eu vi o Neto, fazendo isso com maestria, vi o Renato fazendo isso com maestria e tantos outros fazendo isso com maestria, montando o seu partido sem precisar afrontar e nem desrespeitar. E, o PP mais uma vez, repetindo o que ocorreu em 2018, ocorreu em 2020, ocorreu em 2022, pega o governador de qualquer jeito e a qualquer custo e sai atropelando os aliados, os parceiros em arranjos em chapas de vereadores do município de São Luiz, Baliza, municípios pequenos, arranjos feitos em cima da hora, a qualquer custo, desrespeitando os colegas, os aliados, os parceiros, uma forma agressiva e desrespeitosa de fazer política.

Foi o que aconteceu nos últimos dias com relação ao Soldado Sampaio, uma forma desrespeitosa, desarmônica de quem não é líder. Uma coisa é ser popular, outra coisa é ser líder, mas quem sou eu para orientá-lo nesse sentido? O governador não tem capacidade de liderar, ele se transformou em um governador popular em virtude de nossa ajuda, das dificuldades que ajudamos a superar, mas vida que segue. E tudo isso foi somando. Eu entro de coração, eu faço as coisas de coração, eu acredito no que eu faço. Eu não acredito mais nesse segundo mandato do governador Denarium, pela forma que vem conduzindo o estado.

E, nós. às vezes nos omitindo em certos momentos e colocando naquela conta, porque ele não entende, não tem experiência, não é da política, mas nós tentamos contemporizar. A exemplo da saúde do estado de Roraima, quantos de nós já não dissemos os problemas que nós temos na saúde? O quanto é difícil o relacionamento político ou qualquer outro relacionamento com e secretária de saúde do estado de Roraima. Os servidores batem na porta dos senhores todos os dias pedindo ajuda, para construir relacionamentos, uma gestão participativa. Recebemos outro dia denúncias da desconstituição do Conselho Estadual de Saúde, que é um elemento básico do SUS, no processo democrático e de respeito. Quantas vezes não vi o deputado Dr. Cláudio cobrando a prestação de contas, que é dever da Secretaria de Saúde a esta Casa? Não vou entrar em detalhes na questão da saúde, isso será um material para um segundo momento. Quantos de vocês já não orientaram, já chamaram para uma conversa e não foi dada nenhuma resposta em todas as conversas, nos debates? Tem sido assim praticamente em todas as secretarias, com raras exceções. Essa coisa veio se acumulando no decorrer dos anos, recentemente um fato. E, aí, quando mexe, deputado Chagas, na nossa base, onde nós surgimos, que é a nossa Polícia Militar, a polícia toda na expectativa de receber uma redução do interstício em dezembro para acontecer as promoções, era um presente de Natal do governo a tropa da PM e dos Bombeiros, o governador não concedeu. Nos chamou eu e o deputado Chagas, justificou que não teria como dar a redução de interstício, pulamos na frente, ligamos para associações, fizemos nota, entendemos, não tem como, por isso, não é possível fazer nesse momento redução de interstício, os colegas ficaram frustrados. Mas, entenderam até em reconhecimento a nossa liderança e compromisso com a Polícia Militar e os Bombeiros, não conseguirem receber redução de interstício, as promoções devidas em dezembro, conforme nós tínhamos acordado politicamente, anteriormente com o governador. Prometemos para abril, chamamos o Comandante da PM, preparamos tudo, os colegas da PM, os breves da promoção, e quando chegou em abril, o governador baixa um decreto de redução de interstício beneficiando em especial o topo da Polícia Militar. Eu disse para ele que não aceitava, teria que ser do Coronel ao Praça modesto a ser beneficiado pela redução de interstício, que ele estaria inovando, quem é da categoria sabe o que estou falando. Estive lá com o deputado Chagas, conversando e pedindo que fizesse redução, demonstramos que aquela redução não causaria nenhum impacto no orçamento da Polícia Militar. Foi demonstrado num processo administrativo que aquilo não causaria nenhum impacto. Fiquei admirado com o governador que pediu do Comandante da PM uma declaração, Coronel Miramilton, policial militar com 35 anos de polícia, formado, preparado, ter que assinar uma declaração para o governador para receber redução de interstício. Falta de noção e desrespeito com o Comandante da Polícia Militar. Eu intervi de imediato, e, disse que era inaceitável o governador exigir do comandante. Eu sou chefe e se meu subordinado, disser

uma coisa e fizer outra, no outro dia estaria tomando providências, não precisa arrancar do meu subordinado uma declaração, isso não funciona no processo democrático. Tudo isso e outras questões que a gente vai no decorrer da caminhada, demonstrando, faz com que, eu venha reafirmar o meu rompimento com o governador Antonio Denarium a partir da última nota que publiquei. Não estou aqui para fazer biquinho, é muita gente procurando, tenho atendido os pedidos dos bombeiros, dos apaziguadores, com todo respeito, recebo-os com cafezinho em meu gabinete, na minha casa. Eu tenho esse defeito, não sei se é qualidade ou defeito, quando tomo uma decisão, eu entro de cabeça nela, não interessa a composição política com o governador Denarium nesse momento, nessa gestão que tem por terminar. Isso é uma decisão tomada, (como diz no Nordeste, prego batido, ponta entortada e o martelo jogado fora, assim como o pé de cabra para não arrancar esse prego de ponta torta). Quero deixar isso muito claro, meu posicionamento político daqui para frente vou decidir com meu grupo. Temos conversa aberta com outros grupos que compõe a política roraimense, vou decidir com maturidade, calma, como caminhar nesse processo, daqui para frente. Mais uma vez, reafirmando o meu compromisso de preservar as relações institucionais com os poderes, com o governo, respeitar aqui quem for base do governo terá o meu total respeito, naquilo que estiver como demanda, no amparo regimental, não quero induzir e nem liderar nenhum grupo de deputados a ser oposição ao governo, Aquele que resolver ser oposição vai somar a mim, seja um, seja dois ou seja três, vamos tocar em frente, respeitar as lideranças de partidos, o líder do governo. Já tive uma conversa com ele, será tratado como sempre foi, com o mesmo respeito e mesma atenção, discutindo as matérias. Até então tenho me comportado e saberei me comportar de forma democrática, sabendo que essa cadeira de presidente não é minha, são de vocês que me conduziram, eu sou apenas um condutor da maioria desse plenário, isso quero deixar bem claro. Deputado Renato, essa e outras questões que vêm me preocupando. Vejo o governo com um discurso muito ríspido, quando se fala em reconhecer servidores e valorizar. Recebi recentemente, servidores da saúde, cobrando seus direitos, parcela, salário, contem comigo servidores; a Polícia Militar reafirmando, contem comigo o que estiver em nosso alcance, para discutir, debater, encaminhar demandas de interesse, vamos discutir com profundidade. O governador por ser muito bom nos números, sempre foi expert nesta questão de números, me parece que o governo, fluxo de caixa, eu vou me ater nessa questão de fluxo de caixa, levando em consideração também a Lei Orçamentaria. O governo já teve só nesses três meses 400 milhões de excesso de arrecadação, entre receita própria e FPE. Então, não dá, daqui para frente embalar nessa prática, que não tem como implementar a reposição salarial do Executivo, demandas dos servidores que estão atrasadas, através de plano de cargos e salários e tantas outras que estão por vir nesse discurso, de que não tem recurso. Recurso tem, excesso de arrecadação tem, aprovamos uma Lei Orçamentária robusta, claro que acumulou um déficit de 400 milhões, porém nesses três primeiros meses já está superando o déficit. E, fomos até além, demos uma margem de remanejo na peça orçamentária muito robusta ao governo, para exatamente fazer essas acomodações. Então, é muita falta de gesto político por parte do governo.

Quero também trazer à baila uma preocupação, não sei se é de conhecimento de todos. Nós, recentemente, aprovamos nesta Casa, uma autorização de crédito, eu autorizei, não me arrependo, autorizo quantas vezes for necessário. Entendo que o estado, às vezes, tem dificuldade de fazer autos investimentos na estruturação do estado. É normal que os estados, municípios busquem operação de crédito para que possam, de fato, refazer investimentos importantes, em especial na infraestrutura do estado de Roraima. E, autorizamos, fomos muito criticados por uns, em especial a oposição da importância da operação de crédito. Eu vim aqui e reafirmei a necessidade da operação de crédito; é necessário, temos muitas vicinais a serem asfaltadas, muitas obras, pontes a serem construídas e tantas outras demandas que o estado precisa buscar recurso fora, para implementar esses avanços para o estado de Roraima. E, autorizamos aqui, de bom grado, essa operação de crédito. Mas, fui surpreendido, mais uma vez, o governo não nutre de um menor respeito ao Poder Legislativo, quando diz uma coisa e faz outra. Quando o governo vem a esta Casa, de maneira intimidatória, com agente de segurança para intimidar. O governador parece que não respeita esta Casa, quando recebe um deputado que vai lá pleitear sua emenda, a liberação que é constitucional, é prevista, é legal, quer forçar o deputado fazer um vídeo, falando muito menos da sua emenda e muito mais do governo. Parece que existe um narcisismo fora do comum por parte do governador, quando se fala em redes sociais, quando se fala de meio de comunicação. Então, esse tipo de comportamento é que demonstra claramente uma falta de respeito para com o Poder e precisa entender que este Poder é o Poder que representa o povo, a sociedade roraimense, fomos eleitos. Aliás, como falei, governador, quando lhe conheci já tinha três mandatos de deputado, e nenhum dos três você apoiou e votou em mim. E, vou ter três, ou quatro com fé em Deus. É isso que me dá segurança pelo trabalho, pelo meu rol de serviços prestados à sociedade roraimense. Quero trazer informação e compartilhar com os senhores deputados, que aprovamos aqui, recentemente, empréstimo e, nesse empréstimo recebemos aqui uma equipe de governo, que fez um detalhamento onde seria investido esse empréstimo. Diferente daquele que foi apresentada para nós, o que foi publicado na abertura suplementar é completamente diferente. Só uma informação, deputado Cláudio, Vossa Excelência que tem uma atenção especial pela saúde do estado, quem de nós não sabe da necessidade de ampliação e estrutura da saúde do estado de Roraima, em especial quando se fala em maternidade. O governo nos apresentou uma proposta na contratação de operação de crédito de 805 milhões, e nos foi esclarecido onde seriam aplicados esses recursos. Vocês lembram como foi feita a distribuição desse valor? Só relembrando, isso está no processo legislativo, caso o colega queira ter conhecimento, nós autorizamos empréstimo para seguinte finalidade: está gravado, filmado, tudo aqui é acessível, 100 milhões para revitalização do Parque Anauá; autorizamos 30 milhões para reforma e ampliação da maternidade; 80 milhões para construção de um novo bloco de saúde. Qual o deputado que não teria a sensatez de votar em 80 milhões para construir um novo bloco no HGR? Seria unânime. Qual o deputado que não teria a sensatez de aprovar 30 milhões para construir e ampliar a maternidade? É natural, 30 milhões para rede média e de alta tensão, algum município que esteja precisando de uma rede média e de alta tensão; 239 milhões para asfaltamento de vicinal, é uma demanda que todos nós aprovamos e precisamos, o quanto é bom andar numa vicinal asfaltada, deputado Lucas. Nós aprovamos esse valor para o orçamento, colocamos, deputada Catarina, defendo isso com maestria, 20 milhões para urbanização de vilas. Vossa Excelência sempre colocou suas emendas pela iluminação das vilas, que Vossa Excelência defende, junto com a deputada Tayla, sempre estão apoiando urbanização das vilas do interior do estado de Roraima; veio o prédio do Detran; sede do Tribunal de Contas – TCE. Foi colocado aqui como importante; a ampliação da feira do produtor, bandeira defendida por mim. Não é de agora que defendo essa bandeira e pedi a equipe do governo que colocasse 20 milhões para ampliar a feira do produtor, que é uma necessidade, pois roraimense gosta de feira, ele se sente bem em comprar a sua verdura na feira. Hoje, a gente tem dificuldade em andar na feira do produtor, pela qualidade, está mal-cuidada, mal distribuída o comércio ali dentro. A ideia era fazer um mini Ceasa em Boa Vista para vender nossos produtos. Outros recursos, modernização das receitas da Sefaz, modernizar a receita do Jundiá; tem também 30 milhões que colocamos para a agricultura familiar, colocar na Desenvolve, para emprestar para o pequeno agricultor, fazer irrigações. Então, foi apresentado a esta Casa um plano de trabalho de como seria usado esse recurso, palavra dada, está no texto do processo legislativo. Porém, fomos surpreendidos e até com dificuldade de achar essa matéria dentro das publicações do governo, que abriu um decreto suplementar ao orçamento, completamente diferente daquele que foi colocado na proposta. Isso não teria problema nenhum, no meu ponto de vista, se o governo viesse a esta Casa dizer: “olha, eu entendi que o dinheiro da maternidade, nós já arrumamos de outra fonte, o dinheiro da feira do produtor a gente já arrumou através de uma emenda”. É dever do governo mandar pelo menos um ofício, ou mandar sua equipe aqui e dizer: “olha, precisamos redirecionar esse empréstimo de outra forma”. Mas, não, o governo baixa um decreto, deputado Armando, de 110 milhões, que tinha a para saúde nesse decreto suplementar, ele baixa para R$ 20 milhões. Como concordar com um movimento desses? Nós aprovamos e autorizamos, dos R$ 805 milhões, nós aprovamos R$ 110 milhões para a saúde, que ainda é pouco, mas na abertura do crédito resumiu-se apenas a R$ 20 milhões, é o que resta para a saúde. Agricultura Familiar, estão aí os agricultores com dificuldades, mais do que nunca, com as roças queimadas, a seca, precisando de apoio do governo. Governo esse, que não contratou os brigadistas a tempo, o fogo queimando as roças, e nós tínhamos colocado R$ 30 milhões, que era muito pouco ainda. Tinha muitos recursos proveniente de emendas e outros, mas, o governo zerou desse empréstimo, zerou de acordo com o decreto suplementar, zerou qualquer valor desses R$ 805 milhões para a agricultura familiar. Não podemos aceitar isso, é uma ofensa. Eu tenho o maior carinho,

a maior admiração, sou produtor, filho da agricultura familiar, hoje não me considero integrante da agricultura familiar, já avancei. Isso está na minha declaração de imposto de renda, nasci da agricultura familiar, e tenho o maior respeito, maior carinho e sei da importância da agricultura familiar. E, o governo, me parece que faz a conta gota para a agricultura familiar, a demonstração mais cabal, do meu ponto de vista, é essa. Zerou, deputado Armando Neto, Vossa Excelência que é o presidente da Comissão de Agricultura, o governo zerou, dos R$ 805 milhões zerou o orçamento da agricultura familiar.

Ampliação da Feira do Produtor, é para o produtor comercializar, é para ele pegar seu produto e ir lá e vender a um preço mais em conta, naturalmente, ele poder vender num preço mais em conta para o consumidor, aqui na ponta. O governo zerou, tirou, não deixou nenhum real para a ampliação da feira do produtor. Pode ser que eu esteja enganado, pode ser que ele tenha arrumado recursos para atender a feira do produtor e a agricultura familiar de outra fonte, uma emenda ou receita própria. Mas, no mínimo, seria de forma respeitosa ele informar a esta Casa, ou no mínimo informar à Comissão de Orçamento desta Casa, desse decreto.

Ampliou o recurso para segurança privada, segurança particular, da Casa Militar, ampliou um recurso que nós havíamos estabelecido um valor, que era para contratar uma aeronave, que foi muito discutido. Eu mesmo, fui contra a aquisição, a necessidade de uma aeronave para o estado de Roraima. Mas, foi determinado um valor e o valor que está hoje é maior. Então, eu estou falando, não só da sensação de me sentir enganado numa proposta que foi apresentada e aprovada por nós, como também da falta de respeito do governo ao não informar esta Casa. Inclusive, eu assinei um projeto, junto com o deputado Renato, cancelando essa proposta de empréstimo para que venha um outro pedido. Eu aprovo, aprovo de coração aberto, entendo que o estado precisa, mas nós somos autorizadores, nós somos avalistas, nenhum empréstimo sai sem o aval desta Casa. No mínimo, tem que ter uma relação de respeito para com esta Casa, no tocante a esse empréstimo e a outras questões que eu trouxe à baila, nessa minha fala.

Então, são muitas as questões e eu não vou me alongar para não cansar vocês, mas, de toda forma, era isso que eu queria me reportar aos senhores e senhoras, aos deputados, meus colegas, às lideranças de partidos, às lideranças de governo nesta Casa. Reafirmar meu compromisso com a democracia, com este Poder, respeitar cada colega de maneira harmoniosa nos seus posicionamentos. Mas, não me contempla, não me satisfaz, não fará bem à minha alma continuar como aliado do governador Antonio Denarium. Por tudo que vem ocorrendo, estou rompendo com ele, segundo as pesquisas, no auge da sua popularidade, eu podia estar muito bem fazendo meio termo, querendo me dar bem no processo. Mas não, eu entro de cabeça. Quem me conhece sabe que eu tive aqui um momento difícil na minha vida, que foi no meu terceiro mandato, quando era apoiador do governo Sueli, que era um desastre e fiquei com ela muito mais porque, naquele momento, eu via um comportamento da Casa muito agressivo ao governo. E, somando a esse comportamento agressivo com sua incompetência na gestão, eu entendia que boa parte do insucesso do governo da Sueli se dava exatamente por conta de como estava sendo conduzida por esta Casa. Ela não tinha esse ambiente que nós construímos e outras questões que fizeram com que ela fosse uma governadora muito mal avaliada. Mas, eu estava aqui e como era oposição ao Anchieta, fiquei quatro anos de oposição e quando fui da base do governo Antonio Denarium entrei de coração e pulava na frente dos problemas e chamava para mim aquilo que estava ao meu alcance e me propus a resolver, da melhor forma possível.

Então, eu estou muito tranquilo. Naturalmente que tenho muitos amigos no governo e lá vão ficar, tenho muitos servidores que aprenderam a gostar de mim, eu sempre falo que onde passo deixo saudade. Tínhamos uma indicação política que era o secretário Nonato, que saiu de cabeça erguida, deixando saudade por onde passou, tem sido assim as manifestações dos diretores de escolas, gestores e alunos, os professores, através da sua apresentação sindical que é o Sinter. Desejo sucesso ao meu amigo Nonato, vamos em frente. Agradecer a lealdade do nosso amigo, que se negou a ficar no cargo e decidiu me acompanhar: muito obrigado, Nonato. Você é um caboco arrochado, obrigado. Vamos para a frente, não é o fim do mundo, a vida continua, a política tem dessas, mas com idade a gente vai amadurecendo e quem passa dos 45 já tem essa sabedoria, essa experiência de lidar com esse tipo de problema, com certa naturalidade. Então, apenas dizer aos meus amigos que estou tranquilo, estou decidido, como falei: "prego batido, entortado a ponta do prego, jogado, deputado Cláudio, o martelo e o pé de cabra fora para o prego não desentortar mais a ponta". E, seguimos em frente.

Desejo à equipe de governo todo sucesso do mundo. Reafirmo, mais uma vez, nosso compromisso com o estado e me coloco à disposição de todos. Quero passar a palavra ao deputado Renato, que me pediu um aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Renato Silva** – Obrigado, presidente. Assisti atentamente o seu pronunciamento, no dia de hoje, nesta Casa Legislativa, na qual o senhor expressou o sentimento de vários deputados, que nós escutamos aqui nos corredores, na sala Vip, nos gabinetes, nas sessões plenárias. É algo que já vem acontecendo há muitos anos, talvez publicamente para a sociedade é um fato novo, para os jornalistas pode ser um fato novo, já que esta Casa sempre manteve o respeito ao governo, ao trabalho que vínhamos fazendo juntos nesses seis anos de governo. E, a Assembleia foi muito importante, acredito até que ator principal na recuperação financeira do estado de Roraima, não se faz um orçamento, não se executa um orçamento sem participação da Assembleia Legislativa.

Então, presidente, colocar o crédito em um poder, em uma pessoa só é desrespeitar e desconstruir um trabalho que foi feito em conjunto. Falando por etapas, como o senhor iniciou o seu discurso relatando o apoio político que foi dado por esta Casa, pela maioria dos deputados, pelos nossos partidos ao governador Antonio Denarium, à sua base política que independente de ser nosso aliado ou não, sempre colheu frutos do nosso trabalho, como o senador Hiran, como o senador Mecias, como todos os partidos que fizeram base ao governo do estado.

Na última eleição que disputei eu era presidente do Pros e por diversas vezes meu partido foi perseguido por pessoas do governo. E, perseguido, deputado Chagas, diretamente, no sentido de falar eu vou atrapalhar e quero te avisar que eu estou atrapalhando, que sou eu que estou fazendo, o tempo todo querendo demonstrar que as pessoas que influenciam o governador, no momento que quiserem, pudessem destruir qualquer um aqui do parlamento. As pessoas próximas a mim me questionam: "deputado, como é que o senhor é base do governo, o seu partido está apoiando o governo e estão tentando desconstruir o partido?" Os pré-candidatos do partido me questionavam isso presidente, e eu não sabia o que falar. Montei um partido, sem nenhum apoio do governo, deputado Lucas, que é deputado e sobrinho do governador, foi para o partido e em nenhum momento o deputado Lucas precisou perder uma noite de sono para cuidar de candidato. Eu cuidei do partido do início ao fim. Deus queira, deputado Lucas, que um dia eu tenha um partido em que o presidente faça tudo por mim e minha única preocupação seja conseguir votos. Deus queira! Se você soubesse a importância disso e você vai passar por isso na próxima eleição, você teria muito mais respeito por mim. E montei aquele partido sozinho elegemos dois deputados estaduais, eu fui eleito com 6.300 votos, mesmo com toda perseguição, sem nenhuma secretaria, sem estrutura da máquina, me apoiando e sim com o meu trabalho que fiz no primeiro mandato e elegemos o deputado Lucas, como segundo do partido com mais ou menos 4.500 votos.

Então, esse foi o PROS que eu montei, sem a Assembleia Legislativa, sem governo, sem prefeitura, apenas com o deputado Renato, e todos os outros partidos, como o Republicanos, do qual eu tenho respeito, independente do meu problema político com o Mecias, mas falando do partido Republicanos, que tem uma estrutura no governo, como o PP que tem uma estrutura no governo, que foram beneficiados e nem sequer, nunca olharam para o Pros, respeitando: "rapaz, o Pros está apoiando o governador, é da base aliada?" Mas, não, disputei toda minha eleição sendo perseguido e não tem problema. Eu já falei várias vezes, esse é meu combustível, parece que quando começam a tramar contra mim eu tenho mais vontade de acordar cedo para trabalhar. Enquanto eles estão dormindo até 9h da manhã, às 5h eu já tomei dois cafés da manhã, já corri na esteira.

Então, essa é a minha forma de trabalhar e sem passar por cima de ninguém. Diversas vezes colegas de outros partidos me ligam perguntando: "deputado, o senhor veio falar com o candidato desse partido, me diga o nome que aqui ele não tem vaga, se ele está no seu partido no meu partido ele não tem vaga". Eu não cheguei aqui passando por cima de ninguém, presidente, Vossa Excelência da mesma forma, muitos aqui, cada um tem sua história de vitória, de superação, mas eu nunca ouvi nesta Casa, depois que o senhor assumiu a presidência, falarem que nós temos que perseguir partido tal, perseguir o governo, perseguir algum aliado que distratou algum deputado. Nunca esta Casa serviu de manobra para perseguir ninguém, nem aliado, nem ex-aliado. Mas, toda vez que algum parlamentar aqui

desagrada, que algum parlamentar aqui tenta fazer o seu trabalho, é perseguido, é colocado uma equipe de segurança, de inteligência para constranger o parlamentar. É isso, presidente, que nós precisamos dar um basta.

Eu vou lhe falar aqui, presidente, hoje, nós estamos disputando uma eleição em Alto Alegre, uma eleição suplementar que é um fato novo aqui, dessa nova legislação, fato novo para todos nós. E, nós temos um candidato lá, que é válido ele ser candidato, que é o Wagner, já disputou eleição outras vezes em Alto Alegre, como é válido também o Magrão, que também disputa a eleição. Não quer dizer, presidente, que se Vossa Excelência tem um candidato no mesmo município que eu tenho uma base, Vossa Excelência se torna meu inimigo, é apenas uma eleição. Agora, dia 28 essa eleição acaba e o que vai ficar são só as feridas construídas, porque às vezes, alguns agem como se valesse tudo ou nada e não é assim, é apenas uma eleição.

O deputado Marcos Jorge não está presente, pelo qual eu tenho maior respeito, senta-se aqui do meu lado todos os dias nas sessões, mas apoia nosso adversário no Alto Alegre e nunca precisei aqui, eu e o Marcos Jorge, nos digladiar como parlamentares, para disputar a eleição em Alto Alegre. Não é dessa forma que se faz política, nós temos que fazer política com proposta, com trabalho. Todos nós sabemos aqui, todos vocês, deputados aqui, já me avisaram isso, que o governador tinha apoio declarado à candidatura do Magrão, por seus motivos pessoais e na última hora declarou apoio a outro candidato. Tudo bem, o que eu posso fazer é respeitar, como ele disse, ele tem os seus motivos. Mas, eu não vou ter no meu curriculum presidente, de recuar minha palavra quando fecho um compromisso. Agora, usar a estrutura do governo para poder pressionar, coagir o candidato do grupo do Magrão e do Pedro Henrique do Alto Alegre, aí passa dos limites. Passa dos limites do direito democrático, dos limites da política democrática, passa dos limites do respeito entre os aliados, ou eu não sou base do governo? Ou tudo que tem chegado nesta Casa de bom para o estado nós não temos aprovado por unanimidade? Qual o respeito que mostra por mim? Já não basta ter descumprido a palavra, tem que usar a máquina pública para constranger o nosso candidato na eleição em Alto Alegre. Eu tenho fotos, tenho vídeos, tenho placas de carro, deputado Marcelo, que quando fomos puxar são carros de aluguel da Secretaria das Cidades, sendo usado para fazer campanha em Alto Alegre. Eu tenho um relatório completo presidente. E vou ler aqui um artigo fundamental que nós temos que colocar em prática, aqui nesta Casa. É o artigo 85 da Constituição Federal, que diz que são crimes de responsabilidade que esta Casa tem que apurar, que é competência do Poder Legislativo, art.85, § 2º - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos poderes constitucionais das unidades da federação. Ou seja, é crime de responsabilidade coagir qualquer deputado de fazer o seu trabalho como parlamentar, independente, de ser base ou não. Nós precisamos fazer o nosso trabalho, precisamos pedir informações e como já aconteceu aqui, por diversas vezes, em que deputados tiveram seus pedidos negados ou foi constrangido por pedir informações, presidente. É esse tipo de coação que vem acontecendo, como agora, dessa arapongagem de policiais militares do sistema de segurança, da inteligência, vir aqui para a Assembleia gravar, filmar e seguir deputado. Isso é crime de responsabilidade e tem que ser apurado. Não é um fato simples e nem é um fato isolado, são reiterados fatos que fez Vossa Excelência sair da base do governo e muitos parlamentares que ainda constituem a base do governo têm esse mesmo sentimento que Vossa Excelência colocou aqui no plenário. Nós sempre estivemos juntos ao governador Antônio Denarium, deputado Marcelo, Vossa Excelência é prova disso, já que é o líder do governo aqui dentro. Quantos projetos importantes saíram desta Casa, quantas categorias, policiais penais, policiais militares, concurso da educação, que tudo foi feito aqui, o início do projeto de lei. Mas, que só o governo se preocupou em levar o mérito sozinho, mas tudo começou aqui nesta Casa. Lembro quando os primeiros policiais penais, deputado Rárison, vieram aqui, não era nem chamado de policial penal, era agente penitenciário, cobrar seus direitos. Aumentamos salários, fizemos concurso público, mudamos o nome dos agentes, tinha sido cancelado o concurso, porque o estado não tinha dinheiro para dar continuidade ao concurso. Presidente, Vossa Excelência que é da bandeira da Polícia Militar, deputado Chagas, tiramos 1 milhão de emendas para dar continuidade ao concurso. Um concurso cancelado que hoje já foram chamados 1.100 policiais militares, esta Casa participou disso, tem tanto mérito, quanto o governador, pois na política não se faz nada sozinho. Já vou concluir presidente. Então, também pedi um aparte para fazer o meu desabafo, presidente, amanhã vou me inscrever na tribuna para concluir minha fala. Mas, quero deixar aqui dois pontos importantes para encerrar minha fala.

O outro ponto é o empréstimo, eu fui defensor do empréstimo aqui, votei a favor do empréstimo, um empréstimo para investimento que foi apresentado para nós aqui. O Edilson Damião, secretário de infraestrutura, que também é vice-governador, e o secretário da SEFAZ, vieram aqui, respeitosamente e mostraram um cronograma de investimento do empréstimo. Não tinha como votar contra 100 milhões que seriam investidos na saúde, como nós votaríamos contra? Agora, temos a informação de que todo aquele cronograma de investimento que foi solicitado e aprovado aqui nesta Casa foi alterado, sem ter nenhum tipo de consulta a nós, que votamos a favor. Então, presidente Sampaio, precisamos com diálogo num primeiro momento, tentar equacionar essa situação, deputado Marcelo. O governador precisa entender e, principalmente os aliados do governo, representantes de partidos políticos que somam no governo e hoje desfrutam dos frutos do trabalho desta Casa tem que respeitar esta Casa e nos ouvir. Vamos tentar no diálogo equacionar esta situação. Mas, o tom que Vossa Excelência quiser tocar, o tom que Vossa Excelência quiser jogar, o tom que Vossa Excelência quiser dar resposta, eu estarei junto, ao lado do parlamento. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputado Renato. Extrapolou o tempo de aparte, então, peço ao presidente que me conceda 5 minutos para concluir minha fala.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Pois não, deputado Sampaio. Esta Mesa lhe concede cinco minutos para Vossa Excelência concluir sua fala e conceder o aparte ao deputado Armando Neto. Vou dividir, vou lhe dar seis minutos, três minutos para cada um.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Armando Neto** – Obrigado, deputado Sampaio. Agradeço também ao presidente Marcelo por colaborar com a fala do nosso amigo e parceiro deputado Soldado Sampaio de quem faço minhas suas palavras, que ouvi atentamente e absolvi. O senhor deputado, na sua figura parlamentar nesta Casa, entendo perfeitamente o cansaço nas palavras não cumpridas, os acordos não firmados e isso desgasta realmente a gente como agente político, no decorrer desse ou de qualquer outro mandato. Como diz o ditado: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", e a gente acaba tendo que tomar decisões. A sua decisão meu colega deputado, é uma decisão ímpar, pessoal, que o senhor acabou de tomar. Acho louvável pela postura e aguerrimento, pelo posicionamento e seriedade com que trata a coisa pública desta Casa e o comprometimento com o estado. O senhor está coberto de razão em fazer o seu posicionamento como parlamentar porque a democracia é isso, o parlamento é isso e quem tem que ganhar com esse embate é a sociedade. A gente sempre coloca a sociedade acima de tudo, porque o senhor na sua fala faz referência a isso e o senhor está certo, nós temos que colocar o povo de Roraima como ganhador desse ou de qualquer embate, seja de base do governo, seja de oposição. Essa somatória de divergência ou de pensamentos positivos tem que ser lucro para esse estado. E, o senhor está de parabéns pelo seu posicionamento, é louvável como acabei de falar. Eu também fico tranquilo, em paz como parlamentar quando o senhor fala que essa decisão se refere as uma decisão pensada, calejada, onde os poderes não podem ser trincados, agredidos, porque acaba realmente trazendo danos à sociedade. E essa sua sabedoria meu colega deputado Sampaio, é uma sabedoria que nos deixa confortável porque esse estado precisa seguir. E, como deputado, tivemos uma reunião com o governador, na semana passada, agradeço sua cautela, deputado Sampaio na qualidade de presidente, em esperar o prazo devido até pela questão da ampla defesa, a questão da lisura do processo legal. O governador tem todo o direito de dar sua resposta, nesta próxima semana, inclusive, amanhã a esta Casa, porque os poderes não podem e não devem interferir um no outro. E, o governador seja lá um PAD aberto para o servidor, seja lá uma exoneração, seja lá qualquer medida que for pedida, o governo do estado tem a obrigação de dar a resposta à altura a esta Casa, porque se dessa forma não for, meu presidente, estou com você para a gente fazer o que é certo e blindar este Poder. E, este poder tem que ter a sua independência para que possamos continuar com o nosso trabalho. Contem comigo ao que se refere ao posicionamento, a lisura e blindagem desta Casa, para que possamos ter a segurança para continuar o nosso trabalho em prol do povo do estado de Roraima. E, quem sai ganhando com isso é a nossa sociedade. Agradeço a oportunidade, deputado Sampaio, pela sua posição, siga firme, siga forte e estamos aqui para colaborar com o bem do estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado,

deputado Armando Neto e aos demais deputados, por pacientemente, ouvirem a nossa fala. A intenção aqui não foi cansar nenhum deputado, mas, por ser um assunto que exige um certo tempo, terminei ultrapassando uma hora de fala. Obrigado, presidente. É isso, me coloco mais uma vez à disposição de todos os colegas deputados desta Casa e reafirmar nosso compromisso, enquanto presidente, em conduzir esta Casa de forma democrática com um bom debate, trazendo temas importantes. Temas esses, deputado Eder Lourinho, Vossa Excelência que é do sul do estado, que recentemente neguei a retirada de um projeto de lei em tramitação, que o deputado Idazio e o deputado Neto tem interesse nessa matéria, que é uma destinação, no meu ponto de vista irregular, de uma área chamada "Gleba do Baliza", onde lá, tem 250 agricultores aflitos, ansiosos, preocupados com o que está acontecendo naquela região. Eles já estão há quase 10 ou 15 anos e o governo, simplesmente se nega a reconhecer a regularização daquelas pessoas que moram ali. Não estou falando nem de autorizar, mas, o governo, automaticamente, está se negando a abrir o processo de regularização daquelas áreas da região do Caroebe, município do Baliza. Estamos falando de 250 agricultores, sem sombra de dúvidas, qualquer área excedente, temos a previsão na lei de qual será o destino, se será leilão, ou se será assentamento para a agricultura familiar. Cabe ao chefe do Executivo tomar o destino. Mas, aquele onde já estão as pessoas lá, e sabemos como se deu a ocupação em Roraima, os pioneiros, deputada Angela tem uma família pioneira e sabe como se deu. O cidadão chegava em uma área colocava quatro tocos como extremo em cada ponto do terreno, fazia uma roça, uma casa, e depois ia buscar regularizar aquela área. Hoje, já avançou, as propriedades são privadas, mas ainda temos áreas devolutas na região do Baliza, onde tem um grupo de pessoas, por isso quero propor um requerimento para fazermos uma audiência pública, onde o deputado Chagas é o relator, para irmos *in loco,* acompanhar a situação das terras daquelas pessoas, e, de fato entender se eles têm razão. E, eu estarei ao lado deles como defensor da agricultura familiar que sempre fui. No mais é isso. Desejar uma excelente semana a todos, me colocar à disposição da imprensa, a alguém que queira mais alguma informação, devo voltar em breve trazendo novos posicionamentos. Mas, reafirmar que estou tranquilo, de alma lavada, parece que tirei um peso das minhas costas. Parece, deputado Renato que vou conseguir dormir até um pouco mais tarde, com menos preocupação e deixar o governador tocar o governo dele da forma que ele achar que deve. Talvez, quem não entenda de política sou eu, e aí, para não atrapalhar prefiro sair de cena. Mas, deixar aí, ele tocar com sua base e seus aliados naquilo que for melhor para o estado. Aquilo que for bom não precisa nem me ligar, nem me cobrar pois, estarei aqui, de pronto, porque esse é o meu compromisso com a sociedade roraimense, exercer o papel de representante do povo em sua essência, votando e apoiando todas as iniciativas, independente da origem, que venham beneficiar o povo, aquilo que for bom, aquilo que for decente terá o apoio do Soldado Sampaio. Obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Dando sequência à sessão nesta manhã, temos 19 matérias constando na Ordem do Dia, e lembrando que tem matéria que precisa de quórum qualificado e alguns vetos.

Expediente da Ordem do Dia com 19 itens na pauta. Pergunto ao primeiro-secretário se temos quórum qualificado para deliberar as matérias de veto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Junior** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Participado da sessão de modo virtual, temos o deputado Dr. Meton, a deputada Joilma Teodora e o deputado Jorge Everton.

Passamos para a Ordem do Dia (discussão e votação, em turno único, as seguintes proposições: 1 **–Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 15/2024 ao Projeto de Lei n.123/2023,** que "institui o Estatuto do Portador de Diabetes, no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências", de autoria Dr. Cláudio Cirurgião; 2 - **Mensagem Governamental de Veto Total n. 16/2024 ao Projeto de Lei n. 215/2023,** que "altera Lei 1.355, de 25 de novembro de 2019, a qual Instituiu o Fundo Estadual de Segurança Pública do estado de Roraima (Fesp/RR)", de autoria do deputado Rárison Barbosa; 03 - **Mensagem Governamental de Veto Total n. 17/2024 ao Projeto de Lei n. 275/2023**, que "dispõe sobre a instituição da Suspensão Condicional do Processo Administrativo Disciplinar (Suspad) no âmbito da Administração Pública de Roraima", de autoria do deputado Rárison Barbosa; 04 - **Mensagem Governamental de Veto Total n. 18/2024 ao Projeto de Lei n. 246/2023,** que "dispõe sobre a realização de exame clínico-ortopédico para diagnóstico do pé torto congênito (PTC) em recém-nascidos no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências", de autoria o deputado Dr. Cláudio Cirurgião; 05 **– Moção n. 10/2024,** de aplausos à Guarnição PM: Cabo PM Edmilson de Matos Monteiro; Soldado PM Adilson Bezerra da Silva Júnior; e Soldado PM Carlos André Alves Nascimento, que em serviço na viatura canil PM 703, salvaram a vida da Criança Anny Beatriz Lima Soares, de 01 ano e 07 meses, que estava engasgada com um anel", de autoria do deputado Soldado Sampaio; 06 – **Moção n. 12/2024,** de pesar pelo falecimento da senhora Neuza Ribeiro Bezerra, externando condolências à família", de autoria do deputado Idazil da Perfil; 07**- Requerimento n. 027/2024**, de autoria de vários deputados, para realização de audiência pública para tratar sobre o Projeto de Lei n. 02/2024, que "dispõe sobre a Política Fundiária e Regularização Rural do Estado de Roraima e dá outras providências; 08- **Requerimento n.025/2024**, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, para realização de Sessão Especial no dia 16 de maio de 2024, às 9h, para homenagem e comemoração à Semana da Enfermagem).

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 015/2024 ao Projeto de Lei n. 123/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Junior** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 015/2024 ao Projeto de Lei n. 123/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir o deputado Dr. Cláudio Cirurgião, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Cláudio Cirurgião** – A diabetes mellitus é uma doença crônica que precisa de cuidados especiais no estado. O projeto de lei visa instituir o estatuto do paciente que tem diabetes. Os itens vetados pelo governo são itens absurdos, novamente mostrando uma perseguição aos projetos importantes que esse parlamento vem fazendo na defesa da saúde do estado, na defesa da assistência às pessoas. Olha o absurdo, uma das complicações crônicas do diabetes é justamente aquelas feridas crônicas que ocorre nos membros inferiores, que a gente chama de pé diabético e o estado hoje não oferta nenhum serviço, por exemplo, de podologia terapêutico, não é para ficar pintando unha de paciente diabético não. É para tratar lesões precoces, para que esses pacientes não tenham o seu pé, o seu dedo e a sua perna amputada.

Então, mais um veto absurdo do governo de um projeto importante, como o senhor bem falou em diversos setores do governo, há uma perseguição e na saúde não é diferente. Eu acho que é a pasta que mais persegue, não só paciente, como servidores. Peço encarecidamente que os nobres colegas rejeitem esse veto absurdo do governo do estado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - A matéria continua em discussão. Lembrando que a rejeição do veto parcial pela CCJ, o relator foi o deputado Jorge Everton, o parecer da procuradoria é pela rejeição.

Dou por encerrada a discussão. Votando "sim" os deputados mantêm o veto; votando "não", rejeitam-no. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito à abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, a liderança do governo libera a bancada para votar, conforme sua convicção política.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 18 votos "não", e nenhuma abstenção, dou por rejeitado o Veto Governamental, através da Mensagem n. 015/2024, ao projeto de Lei n. 123/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 016/2024 ao Projeto de Lei n. 215/2023, de autoria do deputado Rárison Barbosa,

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 016/2024 ao Projeto de Lei n. 215/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir o deputado Rárison Barbosa, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Só para corrigir a leitura do nosso primeiro-secretário. A Lei 1.355/2019, ela instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública. Acontece que o Fundo Estadual de Segurança Pública faz composição à polícia militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Delegacia Geral da Polícia Civil, ficando à Secretaria de Justiça e Cidadania fora dessa composição. A gente só quer aqui, corrigir essa lacuna na lei, para que a gente possa incluir também a Secretaria de Justiça e Cidadania, dentro do Fundo Estadual de Segurança Pública, porque a Sejuc também faz parte da segurança pública. Dizer, também que os recursos previstos no Fundo de Modernização, manutenção e desenvolvimento da Polícia Civil não fazem parte desse fundo, o de reaparelhamento e aperfeiçoamento da Polícia Militar, também não faz parte do Fundo de Segurança Pública e o fundo Penitenciário Estadual, o Funpen, de modo que o fundo estadual de segurança pública deve contemplar todas as instituições que fazem parte do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no estado de Roraima.

Então, desde já, eu quero pedir aqui a rejeição do veto a esse projeto, eu não consegui entender o porquê o Executivo não concorda em incluir a Secretaria de Justiça e Cidadania dentro do Fundo Estadual de Segurança Pública, haja vista, que os recursos das outras instituições que fazem parte desse fundo, também tem o seu fundo particular, fazendo parte desse fundo estadual, para que ele possa fazer o reaparelhamento das suas estruturas. E, logicamente, também a valorização desses servidores. Então, desde já, eu peço aqui aos nobres deputados que possam votar pela rejeição ao veto do governador em relação ao projeto da inclusão da Secretaria de Justiça e Cidadania no Fundo Estadual de Segurança Pública.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Mantenho em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Para discutir o deputado Coronel Chagas, líder do governo.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas –** Apenas para dizer que concordo com todas as razões colocadas pelo deputado Rárison. É necessário a inclusão da Secretaria de Justiça no Conselho do Fundo Estadual de Segurança Pública. É importante, é uma pasta que faz parte do sistema e que se faz necessário, realmente a manutenção. Por essa razão, desde já, a liderança do governo libera a base para votar, conforme o seu entendimento político. Eu, particularmente vou votar "não" ao veto.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal eletrônica. Votando "sim" os deputados mantêm o veto; votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para a votação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 18 votos "não", e nenhuma abstenção, dou por rejeitado o Veto Governamental, através da Mensagem n. 016/2024, ao Projeto de Lei n. 215/2023, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 017/2024 ao Projeto de Lei n. 275/2023, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Junior** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 017/2024 ao Projeto de Lei n. 275/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O relator foi o deputado Neto Loureiro na CCJ. Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Para discutir senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir o deputado Rárison Barbosa, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Presidente, esse é um projeto que veio a ser defendido por nós para barrar algumas injustiças que vem realmente acontecendo na administração pública, em relação à questão de processos administrativos. O servidor público, quando comete alguma infração é aberto um procedimento administrativo para investigar a conduta. Isso é previsto já em lei e tem os pré-requisitos para que possa ser julgado esse servidor. Aí, a gente tem visto nos últimos meses, digamos assim, alguns excessos, visto por esse parlamentar em relação a alguns servidores que perderam ali o seu sonho, perderam o seu emprego, perderam a sua estrutura, perderam a sua condição de se manterem vivos na administração, em especial na sua vida.

Então, esse projeto de lei, ele vem dar condição para que, o chefe do Poder Executivo, que é quem realmente dá a canetada final, é o superior nessa situação, ele possa realmente, dar uma condição que esse servidor possa ter a oportunidade de cumprir algumas condições para que ele não possa perder o seu emprego. Veja bem, presidente, se o servidor público, hoje, um exemplo do Iteraima; a gente viu muitas entregas de viaturas pelo nosso governador para que esses técnicos possam fazer o seu trabalho de fiscalização, em especial no interior. O servidor sai numa viatura pela manhã e vai numa viatura dessa, passa num local onde tem uma baixada naquela estrada e a água não conseguiu adentrar para danificar aquele veículo. Acontece que na volta, nesse mesmo local, o servidor coloca a viatura e, é surpreendido por uma água mais alta. E, isso vem causar um problema, por exemplo, nessa viatura, causando ali um calço hidráulico, um problema no motor, um problema elétrico, causando um dano ao veículo e com isso, seja aberto um procedimento administrativo para investigar, até onde foi a responsabilidade desse servidor.

Acontece que em muitos casos, o servidor com mais de 20, 25 anos de trabalho, é gerado um procedimento administrativo, onde esse servidor muitas vezes não tem, digamos assim, a aprovação do seu superior hierárquico e fica entendido que esse servidor deu causa e que ele não pode mais ficar no serviço público por conta do problema causado nessa viatura. Ora, mandar um servidor embora seria a melhor saída? Nós entendemos que não, o estado já investiu muito nesse servidor. Nós entendemos que é possível esse servidor pagar o prejuízo causado nessa viatura, um valor colocado dentro do contracheque dele, descontado em algumas vezes, onde não possa causar nenhum problema financeiro para esse servidor e com isso sanar essa pane para que o servidor não perca o seu emprego, e não seja mais um desempregado na rua.

Então, é um projeto, presidente, que vem na verdade dar condição para que o governador possa fazer todas essas análises, sendo uma pessoa imparcial, junto ao processo administrativo que, muitas vezes, vem viciado das suas secretarias. Então, é nesse sentido que nós queremos deliberar pela rejeição do veto a esse projeto. E, desde já, eu quero pedir aos nobres parlamentares que possam nos ajudar na rejeição do veto desse projeto e aprová-lo aqui.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Continua em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir o deputado Coronel Chagas, líder do governo.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Essa liderança tem procurado ser bastante coerente com os projetos que tramitam nesta Casa. Em especial, aos vetos apresentados pelo governo. Tanto é que quando tem um entendimento contrário do próprio Chefe do Poder Executivo, essa liderança está liberando a base para votar conforme seu entendimento político, sua convicção. Mas, no caso desse veto e com toda a devida vênia, venho discordar do autor da matéria, do projeto original do deputado Rárison. Primeiro, que essa é uma matéria atinente ao regime jurídico do servidor público. Portanto, é um projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, ele padece de vício de inconstitucionalidade.

Então, muito embora, a proposição apresentada pelo deputado Rárison tenha os melhores propósitos. Eu vejo que nós, derrubando o veto, promulgaremos uma matéria que é inconstitucional e que poderá acarretar sérias dificuldades para os gestores. O exemplo trazido a esta Casa, a este plenário, neste momento pelo deputado Rárison, eu desconheço em 35 anos de gestão pública, que algum servidor tenha sido demitido por um problema de acidente de trânsito ou um problema como ele citou aqui. Nesses casos, além do procedimento administrativo é aberto o inquérito técnico para apurar as causas eventuais, incidentes e acidentes acontecidos com bens do estado.

E, quando apurado que efetivamente houve a responsabilidade do condutor do veículo é assegurado o contraditório e ampla defesa nos procedimentos. O que tem sido na solução desses inquéritos técnicos e nos processos administrativos é no máximo ao ressarcimento, quando demonstrado efetivamente que houve responsabilidade. Então, por essas razões, deputado Rárison, essa liderança entende, o bom sentido da matéria, mas por vício de iniciativa, nós sugerimos que Vossa Excelência apresente uma indicação ao governo do estado para que

ele analise e encaminhe um projeto, depois de discutido com a Casa Civil, com a Proge, com a Secretaria de Administração, a redação mais adequada para isso, para que não atrapalhe a gestão de todas as secretarias do Poder Executivo, da administração direta e indireta. E, nesse sentido é que nós encaminhamos a base do governo, o voto sim, pela manutenção do veto a essa proposição, apresentada pelo governo do estado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação, lembrando que, o parecer da procuradoria foi pela rejeição na CCJ, o relator foi o deputado Neto Loureira. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados mantêm o veto, votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, a liderança do governo encaminha voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** O líder do governo encaminha pelo voto sim, pela rejeição ao veto.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Justificativa de voto, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Justificativa de voto, deputado Lucas Souza.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Peço vênia ao nosso líder do governo, mas vou precisar acompanhar a derrubada do veto, até pelo fato de eu ter um Projeto de Lei n. 063, que trata da transação administrativa e disciplinar, voltado aos policiais militares, também. É um mecanismo, deputado Rárison, de eles não sofrerem um PAD, de ter uma espécie de termo de ajuste de conduta para evitar a punição do servidor público. Então, sigo fielmente a base do governo, mas irei com o deputado Rárison na derrubada do veto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em votação a matéria.

Dou por encerrada a votação. Por 7 votos "sim", 10 votos "não, e nenhuma abstenção, dou por mantido o Veto Governamental a Mensagem Governamental de Veto Total n. 17/2024 ao Projeto de Lei n. 275/2023, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 18/2024 ao Projeto de Lei n. 246/2023, de autoria o deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 18/2024 ao Projeto de Lei n. 246/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Dr. Claudio Cirurgião** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, o deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Olha que outro absurdo, presidente Sampaio, o nosso Projeto de Lei n. 246/2023, dispõe sobre a realização do exame clínico ortopédico para o diagnóstico do pé torto congênito. Para quem não conhece o que é o pé torto congênito? Se puderem mostrar aqui, não sei se vocês vão conseguir visualizar, eu baixei umas imagens aqui no google. São aquelas crianças que nascem com uma deformidade congênita óssea, ligamentar, muscular, que precisa ter o diagnóstico o quanto antes, para fazer um engessamento periódico, para fazer uma cirurgia. Hoje, esses pacientes só têm oportunidade de fazer esse tratamento na prefeitura. Então, o menino que nasce, tem que esperar até 28 dias para deixar de ser recém-nascido, para ter assistência ortopédica na prefeitura.

Se fosse o filho do governador que estivesse precisando disso, ele iria esperar 28 dias para ter assistência na prefeitura? Então, mais um veto absurdo e já estou falando aqui, que hoje, na Secretaria Estadual de Saúde, nós temos cerca de 16 ortopedistas que foram afastados das suas funções ortopedistas de renome no estado, concursados, alguns seletivados, para dar espaço para uma empresa fraudulenta que é a Meditrauma. A gente já vem batendo aqui desde o ano passado, mostrando que é uma empresa fraudulenta. Esses ortopedistas, alguns poderiam ser lotados na maternidade para fazerem um ambulatório do diagnóstico precoce e tratamento de uma anomalia congênita. Esses meninos já nascem com isso, presidente, e vai esperar 28 dias porque só na prefeitura municipal de Boa Vista vai ter assistência especializada necessária. Mais um absurdo, que eu peço veementemente que todos os nobres colegas rejeitem esse veto inescrupuloso. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Senhor presidente, adiantando meu voto, quero dizer que irei votar pela rejeição do veto do Executivo. Esse é um projeto que veio, realmente, enxergar essas crianças que precisam de um atendimento rápido. Dizer, senhor presidente, que é necessário que o senhor chame os deputados para virem votar porque o projeto anterior, SUSPAD, ficou prejudicado por causa de deputados que estão, inclusive online, não tiveram a condição de votar e não tivemos a condição de quebrar o veto do Executivo. Então, pedir que os deputados que, realmente estão presentes, dá para ver que são 20, que venham votar para não prejudicar nenhuma matéria.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Coloco a matéria em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados mantêm o veto; votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 17 votos "não, e nenhuma abstenção, dou por rejeitado a Mensagem Governamental de Veto Total n. 18/2024 ao Projeto de Lei n. 246/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Mensagem Governamental de Veto n. 019/2024 ao Projeto de Lei n. 291/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge. Queria consultar o líder de governo e líder da bancada. O deputado Marcos Jorge não se encontra, mas por outro lado o veto está trancando a pauta.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente, a liderança sugere, já que o autor da matéria não está presente, que transfira para amanhã e a gente encerre a Ordem do Dia de hoje, se estiver trancando a pauta. Porque vai que há um revés na matéria dele e evidentemente, o parlamentar, tendo em vista, que há esse entendimento, possa ficar chateado. E, o parecer, se eu não me engano está pela manutenção do veto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Essa é uma preocupação que nós temos, até pela ausência do deputado. Então, senhores deputados, está trancando a pauta, nós precisamos nos reunir na sessão de amanhã para desobstruir, contando que o deputado Marcos Jorge esteja presente. Mas, nós temos itens, como requerimentos e projetos de decretos legislativos que podem ser votados, mesmo com a pauta trancada. Então, eu quero pular para terminarmos a Ordem do Dia.

Continuamos em votação. Temos alguns requerimentos, projetos de decretos legislativos e moção.

Projeto de Decreto Legislativo n. 04/2024, de autoria da deputada Catarina Guerra. Esta matéria precisa de quórum qualificado 2/3, pergunto ao primeiro-secretário se temos quórum para a votação, precisamos de 16 votos. Deputada Catarina, a matéria é de Vossa Excelência, precisa de 16 votos para votar.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – Não há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputada Catarina, retiro da Ordem do Dia, em virtude de não haver quórum qualificado e transfiro para a Ordem do Dia de amanhã.

Pela ordem, deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Gostaria da inclusão do Requerimento n. 025/2024, que trata sobre a Semana da Enfermagem.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato a solicitação de Vossa Excelência, incluo na Ordem do Dia.

Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, o deputado também não se encontra, retiro da Ordem do Dia.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção n. 010/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lida a Moção n. 010/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir. Coloco a matéria em votação. Pergunto se podemos votar de forma simbólica. Todos concordam? Em votação, os deputados que concordam, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 010/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Moção n. 011/2024, de autoria do deputado Jorge Everton,

como o mesmo não se encontra transfiro para o Ordem do Dia da sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção n. 012/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Júnior** – (Lida a Moção n. 012/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** - Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, o deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** – Senhor presidente, a dona Neuza era uma pessoa que contribuiu muito para o município de Iracema, uma das pessoas fundadoras daquele município, mãe do atual prefeito Jairo. Ela faleceu com 82 anos, mãe de 6 filhos, 20 netos, 19 bisnetos, contribuiu para o desenvolvimento de Iracema e por esse motivo pedimos a aprovação dessa Moção de Pesar a toda a sua família.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Eu quero parabenizar o deputado Idazio pela iniciativa e dizer que eu quero me somar com essa sua proposição, por conhecer desde adolescente a dona Neuza e o que ela representa para o município, enquanto empresária que sempre foi, enquanto cidadã, mãe exemplar, enquanto vereadora que ela também foi, fez muito trabalho social, comadre da maioria das mulheres lá de Iracema. E, não é por acaso, é porque ela sempre foi uma amiga acolhedora, conselheira, sempre disposta a uma boa palavra, a uma boa ação pelas pessoas com as quais ela convivia e pelo carinho e respeito aos seus filhos. Eu quero também falar da minha gratidão pela dona Neuza, enquanto pessoa e que nós desejamos que Deus a receba em sua glória, obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão. Em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 012/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil.

Nós temos dois requerimentos colocados em Mesa, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, defiro a inclusão dos Requerimentos n. 027/2024 e n. 025/2024.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 027/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Junior –** (Lido o Requerimento n. 027/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. Essa audiência será presidida pela Comissão Especial, deputado Chagas, onde, se eu não me engano, sou o presidente e Vossa Excelência é o relator. A ideia, conforme nós deliberamos anteriormente, de fazer uma oitiva daquelas pessoas que têm interesse em vez de deslocarmos 250 pessoas até Boa Vista, nós vamos deslocar a Comissão e os demais deputados que se sentirem interessados na matéria. Nós fazermos essa discussão lá naquele município na data do dia 25 de abril.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, qual é o horário que está previsto?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Às 16h. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será feita de forma simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 027/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 025/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Isamar Junior** – (Lido o Requerimento n. 025/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será feita de forma simbólica: os deputados que concordam com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 025/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Requerimento da deputada Angela Águida Portella. Deputada, precisamos redefinir a data. Sendo assim, damos por encerrada a Ordem do Dia.

Partimos para o Expediente de Explicações Pessoais. Deputado Rárison Barbosa.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Senhor presidente, eu recebi agora, com bastante preocupação, um posicionamento do governo em relação à questão do relatório, que foi apresentado em uma reunião para o governador, aqui, na sétima Sessão Legislativa, que aconteceu na Assembleia Legislativa. Nós tivemos acompanhamento de dois policiais militares que fazem parte do quadro de inteligência da Casa Militar do Palácio do Governo. Estes policiais estavam dentro da Casa Legislativa, eles foram identificados pelo sistema de segurança, aqui. O policial pediu, inclusive, para que o outro policial militar integrante, aqui, deputada Angela, da Casa, fizesse uma filmagem do deputado Rárison, do que o deputado Rárison, iria fazer naquela ocasião.

Estava também acompanhado de outra policial militar, que também está identificada no relatório e que estava dentro da Casa Legislativa, também fotografando, filmando, tanto deputados estaduais, quanto policiais penais, que estavam requerendo os seus direitos. E, nós fizemos uma reunião com o senhor, presidente, aqui, com os deputados e nós acordamos que iríamos chamar o Chefe do Poder Executivo, aqui, na Assembleia para que pudéssemos conversar e esclarecer o que estaria acontecendo. Porque é inadmissível que policiais militares P2, viessem para cá, para tentar barrar o nosso direito, a nossa prerrogativa, dentro do Parlamento.

E, nós conversamos, nesta reunião, com a maioria dos deputados presentes e ficou acertado, nesta reunião, deputada Angela, que o governador iria tomar uma postura enérgica em relação ao que aconteceu. E, hoje, muito me assusta que ao invés de haver essa postura do governador em relação ao que aconteceu na Casa e isso não é fuxico, está aqui o relatório com imagens desses policiais, eles mesmos dizendo o que tinham vindo fazer aqui. E, hoje, me sai uma matéria dizendo que governo disse que o trabalho da Casa Militar foi confundido com espionagem e alega calúnia. Então, deputado Coronel Chagas, eu pergunto ao senhor, o que a Casa Militar estaria fazendo aqui? Fazendo um trabalho dentro do Parlamento? Eles mesmos dizem na matéria, que o trabalho deles foi confundido com espionagem. Então, eu não consegui entender o que os policiais da Casa Militar do governo, estavam fazendo dentro do Parlamento.

E, agora, nós ficamos aqui, presidente, como caluniadores, é o que diz a matéria, isso muito me assusta. Então, mais uma vez, somos surpreendidos em relação ao que vem acontecendo com essa relação entre Assembleia Legislativa e o Executivo. Nós sempre fomos muito justos com o nosso papel, sempre fomos parceiros e somos parceiros do governo em todos os projetos, Coronel Chagas, que vieram para cá, na defesa de um governo que mudou Roraima. Eu sou daqui, acompanhei todos os governos que por aqui passaram e sabemos que existe uma Roraima antes e uma Roraima depois. Mas, isso não dá o direito de seja lá quem for, de vir aqui espionar, tentar barrar o nosso trabalho.

O que foi dito aqui naquela Sessão, Coronel Chagas, é televisionado, como está sendo televisionado agora. É feita essa mensagem, ela é passada em tempo real o que está sendo dito aqui. Então, eu não consigo entender por que a Casa Militar foi confundida aqui dentro do Parlamento. Estava fazendo o que, então? Um trabalho? Qual o trabalho? Nós não temos aqui policiais militares que cuidam da segurança dos deputados. Nós não temos aqui uma Casa Militar também que serve para esse fim. E, agora, nós apresentamos para o governador, sendo parceiro mais uma vez, mas somos tratados como caluniadores. Eu espero, governador, que o senhor reveja o que foi dito pelos seus secretários.

O deputado Rárison faz parte da segurança pública, estamos aqui fazendo a composição da Comissão de Segurança Pública e, todas às vezes que precisamos usar a tribuna da Assembleia Legislativa, não foi para caluniar não; não foi para falar mal de nenhum gestor de nenhum secretário, Coronel Chagas, pelo contrário, foi para elogiar o trabalho que o governo tem feito em Roraima, foi para pedir apoio do governador em relação às demandas que precisamos avançar, que nós precisamos apresentar para aquelas pessoas que procuram o Parlamento. E, eu peço governador, que o senhor possa rever as palavras dos secretários que se reuniram, hoje e que nós esperávamos, aqui nesta Casa, uma decisão de Vossa Excelência mais enérgica e não que esses secretários se juntassem numa reunião, em uma comitiva, para dizer que os deputados são caluniadores.

Isso é um desrespeito com o Parlamento, com todos os deputados aqui. Nós queremos que o governador possa, realmente, mais uma vez, corrigir o erro dos secretários que tiveram essas

palavras, que tiveram este desrespeito com o Parlamento Estadual. Então, era isso senhor presidente, que eu queria deixar aqui e pedir que o senhor também possa tomar as providências para podermos, realmente, proteger o Poder Legislativo, era isso. Bom dia e muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua aberto o Expediente das Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – O deputado Rárison me citou pelo menos três ou quatro vezes em seu pronunciamento sobre essa questão da denúncia que ele fez, que estaria sendo monitorado por serviço de inteligência do estado. É importante destacar, senhor deputado Rárison, Vossa Excelência que também é policial, assim como eu, o deputado Sampaio e o delegado Jorge Everton, todos os estados da federação têm um sistema de inteligência. Tem o sistema de inteligência que é voltado para ao monitoramento de facções, crimes organizados e tem parte desse serviço de inteligência, que é voltado para levantar informações para tomada de decisão do Poder Executivo. Toda vez que há uma manifestação, como a que estava acontecendo com a Polícia Penal, dezenas de policiais penais, é feito sim esse acompanhamento para a segurança do estado, independente de quem seja o governo que esteja de plantão, principalmente quando se trata de servidor que comanda, que faz o serviço dos estabelecimentos prisionais. Porque, muitas vezes, aconteceu dessas manifestações, haver ali, encaminhamentos para paralisações, indicativos de greve ou outras ações que podem prejudicar a segurança dos estabelecimentos prisionais, assim já aconteceu muitas vezes.

Se o chefe do Poder Executivo ou mesmo o secretário da pasta não tem essa informação, a tomada de decisão, muitas vezes, sai tarde. E, aí podem ocorrer rebeliões, fugas, mortes. Então, sempre que houver uma manifestação, principalmente de órgãos, de servidores da segurança, se não fizer esse acompanhamento, estará o chefe, pecando por omissão. E esse foi o objetivo da presença dos servidores, acompanhando a manifestação que ocorria aqui dentro do plenário desta Casa. Foi com esse objetivo que os agentes de segurança vieram para cá.

Agora, querer dizer que veio para monitorar deputado, para gravar deputado, com que finalidade, se isso é público, se está na TV Assembleia, está na Rádio Assembleia? Então, não procede essa informação, da presença deles aqui para monitorar deputado. Se fosse assim, eles teriam vindo para cá sem se apresentar, como de fato fizeram, ao chefe de segurança desta Casa, entregando, inclusive, o armamento, para poder entrar no plenário. E dizendo o que estavam vindo fazer aqui.

Eu entendo a preocupação de Vossa Excelência, me solidarizo com Vossa Excelência e jamais vou concordar que, efetivamente, se faça qualquer monitoramento de parlamentar. Até nossa fala é registrada e publicada em ata em todos os lugares, está no Youtube, se quiser buscar seu pronunciamento estará lá. Talvez esse servidor que fez o pedido, de repente, era mais fácil ter pedido: "quero uma cópia do depoimento para ver se houve alguma incitação, ou alguma coisa nesse sentido, que pudesse prejudicar a segurança".

Deputado, pode ter certeza de que da parte do chefe do Poder Executivo, jamais partiria qualquer orientação, no sentido de monitorar parlamentares, até como se está sugerindo. E, eu vi notas no meio de comunicação de que haveria até monitoramento de telefones. É um absurdo se fazer qualquer ilação nesse sentindo! Deputado Sampaio, já foi chefe da Casa Civil, e eu duvido que o período em que ele esteve lá, houvesse qualquer iniciativa do governador Antônio Denarium, nesse sentido. Ele mesmo é testemunha disso, de se monitorar qualquer adversário político que fosse, quem dirá o deputado Rárison, que é da base e tanto tem contribuído para a construção de políticas públicas no nosso estado, especialmente na segurança pública e sistema prisional. Deputado Rárison, fique tranquilo com essa questão de que, efetivamente, tivesse havido qualquer tentativa de monitorá-lo para inibi-lo ou intimidá-lo, mas tão somente o acompanhamento da manifestação de policiais penais que estavam nesta Casa, com todos os seus direitos de reivindicar. É natural e necessário o acompanhamento de todas essas situações para que o governo não seja surpreendido, por exemplo, com indicativo de greve ou qualquer outra situação. Então, conte comigo, conte com a nossa ação em qualquer situação que possa vir afetar as prerrogativas, não só do senhor, mas de qualquer deputado desta Casa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais, deputado Lucas Souza.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Presidente, vou aproveitar o momento e o assunto que entrou em pauta. Desde quando houve nossa reunião na terça-feira, que foi apresentado esse fato...é um relatório. Na verdade, a fala para quem está nos assistindo, espero que isso vá para Folha, para o Roraima em Tempo, para o G1 e redes sociais, pois eu tenho acompanhado. E, quando a informação não vai completa, gera muitas especulações em torno de várias coisas, ao ponto até de um deputado federal ter pagado uma matéria na folha, saiu até um conteúdo patrocinado, dizendo que estava sendo monitorado.

Então, qual é o fato, população do estado de Roraima? Na terça-feira foi apresentado um relatório da Casa Militar da Assembleia Legislativa, onde foi identificado que dois policiais militares estavam aqui no dia do pronunciamento do deputado Rárison, brigando pela categoria dos policiais penais. Este é o fato número um, eles estavam aqui, era um cabo feminino e um tenente. Segundo fato: o tenente pediu para um servidor da Assembleia filmar o pronunciamento do deputado, falou assim: "filma, que eu tenho que ir embora e depois você me manda", e o servidor da Assembleia negou dizendo que não poderia fazer isso. Terceiro fato: a cabo filmou a fala do deputado Rárison, a do deputado Marcinho...faço um adendo, isso tudo aqui é ao vivo, ou o pessoal está me ouvindo pela Rádio Assembleia ou está me olhando pelo Youtube, ou está presente aqui, ou então, depois vão gerar a ata aqui que terá a minha fala. E, o fato é que a cabo filmou e esse fato se encerrou nisso.

O relatório é baseado, contando que teve um cabo e um tenente e que o tenente pediu para filmar a fala, que é ao vivo e pública e que a cabo tirou foto e filmou. E outra parte do relatório são as fotos, mostrando-os entrando e saindo. Eles, colocando a arma na armaria, pois não pode entrar armado, se identificando. Esse é o fato que gerou isso. Após isso, até porque a população e muita gente não sabia o que aconteceu, de fato, começaram a surgir falas de que o Poder Executivo tem grampeado parlamentares, tem colocado escuta telefônica em parlamentares. Se isso está acontecendo tem que se apresentar para nós. E, inclusive, teremos que registrar um boletim de ocorrência. O fato que foi apresentado, até então, foi esse: teve dois policiais que se apresentaram aqui, um pediu para filmar e não pôde filmar e o outro filmou, ponto, acabou nisso. O governador esteve aqui na quarta-feira, salvo engano, e disse: "gente, eu nunca pedi para espionar nenhum opositor meu, quanto mais espionar um aliado, um amigo meu".

Enfim, isso gerou um desgaste e acho que foi desnecessário ter vindo a cabo e o tenente para filmar, poderia, inclusive, até pedir para mim, "Lucas, tem como você filmar?" Eu iria falar: "tem um link para assistir ao vivo, mas se quiser eu filmo e te mando da mesma forma, porque não tem problema nenhum". Mas, isso gerou um fato, presidente, saiu na Folha com um conteúdo patrocinado, que tem deputado federal que está receoso porque está sendo espionado. Você não está, meu amigo! Pelo menos, não pelo governo, não sei por outras coisas. Aí, o outro emite uma nota, dizendo que é com muita preocupação que ele está se sentindo ameaçado e coagido. Meu amigo, você também não está! O fato é só um, e todos os deputados sabem disso, não é segredo para nenhum deputado. Pode ser que exista outra coisa que eu não sei e outros saibam, mas até então, o fato é somente esse e ponto.

Eu não sei se pode disponibilizar, presidente, aí o senhor me diz, pois, todos os deputados têm um relatório, se puder, eu posso até publicar nas minhas redes sociais todo o relatório. Se não puder, também não tem problema, não irei fazer isso de forma alguma. Só para esclarecer para a população que, às vezes, isso gera uma sombra de um tamanho, que as pessoas que não entendem começam a imaginar várias teorias da conspiração que esteja acontecendo. e na verdade, o fato, novamente, só foi esse: teve a cabo e o tenente, o tenente não pôde filmar e a cabo filmou e foi embora, tem um relatório e as fotos deles entrando e saindo. Isso gerou um mal-estar desnecessário, eu falei com o governador e todo mundo falou: "governador, foi desnecessário que eles estivessem aqui". Pode ter sido um serviço ordinário, de fato, eles sempre estão acompanhando pronunciamento e manifestações. Mas, não precisava disso, até porque qualquer pessoa aqui pode ter acesso ao que está sendo dito e falado aqui na Assembleia.

Eu nem iria esclarecer, mas como foi tocado no assunto, eu acho bom esclarecer esse ponto e espero que agora os meios de comunicações também possam reproduzir isso, que a espionagem ilegal, o grampo ilegal é, na verdade, dois policiais militares que estavam aqui, um pediu para filmar e não pôde filmar e o outro filmou, e tem o relatório deles, entrando e saindo, mostrando o nome deles, e o relatório fotográfico. Era isso, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira fazer uso das Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão,

convocando Sessão Ordinária para amanhã, no horário regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela Portella, Armando Neto, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Idazio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Neto Loureiro, Odilon, Rárison Barbosa, Renato Silva** e **Soldado Sampaio.**

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 10 DE ABRIL DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e onze minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima terceira Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes, aos senhores deputados, aos que nos assistem pela TV Assembleia, Rádio Assembleia e pelas nossas plataformas digitais.

Convido o senhor deputado Coronel Chagas para atuar como primeiro-secretário *Ad hoc,* ao qual solicito à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas –** Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Renato Silva** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 031/2024, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei n. 040/2023, que "dispõe sobre a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação hospitalar das unidades de saúde de Roraima"; Mensagem Governamental n. 32/2024, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei n. 071/2023, que "dispõe sobre a Política Estadual do Exercício da Telemedicina, como forma de serviços médicos, mediados por tecnologia de comunicação". **RECEBIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA:** Ofício n. 092/2024, encaminhando o Projeto de Lei n. 066/2024, que "altera dispositivos da Lei n. 153, de 1º de outubro de 1996, que dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal, do Plano de Carreira e de Cargos dos servidores do Ministério Público do Estado de Roraima, e altera os dispositivos da Lei n. 977/2014 e dá outras providências"; **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto Lei n. 067/2024, de autoria dos deputados Armando Neto e Rárison Barbosa, que "institui o Dia Estadual do Policial Penal e da Policial Penal"; Projeto Lei n. 068/2024, de autoria dos deputados Armando Neto e Rárison Barbosa, que "dispõe sobre a proibição de tomadas e pontos de energia em estabelecimentos prisionais"; Projeto de Decreto Legislativo n. 021/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas, que "concede a comenda ordem do mérito Legislativo de Roraima ao senhor Marcus Vinicius Furtado Coêlho"; Indicação n. 132/2024, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião; Indicação n. 133/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa; Requerimento n. 028/2024, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, que "requer a retificação da data de realização de Sessão Especial, aprovada por meio do Requerimento n. 025/2024, para o dia 17 de maio de 2024, às 09h, para homenagem e comemoração em alusão à semana da enfermagem".

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia (discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: 1 **– Projeto de Decreto Legislativo n. 16/2024,** que **"**concede a Comenda Orgulho de Roraima ao senhor Jaydson da Silva Duarte", de autoria do deputado Chico Mozart; 2 - **Moção n. 13/2024,** de aplausos e reconhecimento à senhora Simone Nassar Tebet (Simone Tebet), Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, de autoria do deputado Dr. Meton; 3 – **Moção n. 14/2024**, de aplausos ao Major Francisco Édson Silva Costa, autoria da deputada Angela Aguida; 5 - **Moção n. 15/2024,** de aplausos aos bombeiros militares e brigadistas do estado de Roraima; de autoria da deputada Angela Aguida; 6- **Requerimento 028/2024**, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, que requer a retificação da data de realização de Sessão Especial, aprovada por meio do Requerimento n. 25/2024 para o dia 17 de maio de 2024, às 9h, para homenagem e comemoração em alusão à Semana da Enfermagem; 7- **Requerimento 029/2024**, de autoria do deputado Soldado Sampaio e da deputada Angela A. Portella, que requer alteração da data de realização de sessão especial em homenagem à Aderr - Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima).

Lembrando que temos vetos trancando a pauta, precisamos de quórum qualificado. Temos 13 deputados registrados no painel. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para deliberarmos as matérias com quórum especial.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhor presidente, nós temos apenas 13 deputados registrados. Eu entendo ser um quórum apertado para deliberação de matérias que dependem de quórum qualificado. A sugestão que nós damos, senhor presidente, é que essa presidência suspenda os trabalhos por pelo menos 5 minutos, e consulte os deputados que possam estar na Casa para que possam vir ao plenário. Caso não haja melhoria no quórum, que nós possamos transferir a Ordem do Dia para a próxima sessão plenária.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não há quórum. Temos 12 deputados presentes: deputado Chico Mozart de modo virtual, deputado Lucas, deputado Dr. Meton.

Quero registrar a presença da senhora Iloneide Pereira, presidente da Associação dos Diabéticos do Estado de Roraima. Seja bem-vinda, a senhora e toda a comissão. Prazer em recebê-las. Estamos à disposição. Está aí o deputado Dr. Cláudio, presidente da Comissão de Saúde, assim como esta presidência está à disposição das senhoras, da entidade, caso queiram discutir algum tema de interesse. Obrigado pela presença.

Registro a presença da liderança comunitária Edvaldo do Viracopos, aqui presente. Obrigado, Edvaldo, pela presença; da liderança Tumurê, do município do Amajari. Obrigado pela presença; do nosso presidente do Sindicato dos Radialistas. Obrigado pela presença; prefeito Pinto, do Equador. Prefeito, por favor, adentre ao plenário e seja bem-vindo, prefeito do município de Rorainópolis.

Mais uma vez convido os senhores deputados que se encontram na sala ao lado e em seus gabinetes a tomarem assento ao plenário para deliberarmos a Ordem do Dia.

Conforme solicitação do líder do governo, temos apenas treze deputados em plenário, um quórum muito baixo para votarmos matérias que precisam de quórum qualificado. Então, nós queremos acatar o requerimento do líder do governo e mais uma vez reitero e convido os senhores deputados que se encontram em seus gabinetes e na sala ao lado, que tomem assento no plenário ou adentrem na sessão de modo virtual para podermos dar sequência à Ordem do Dia.

Acatando o requerimento do líder governo, o deputado Coronel Chagas e já transfiro a pauta para a Ordem do Dia da sessão seguinte, as mensagens de vetos governamentais, por falta de quórum qualificado para deliberação das matérias.

Nós continuamos a partir do 11º item, os quais não precisam de quórum qualificado para apreciação na Ordem do Dia. Estes itens independentemente de a pauta estar trancada, eles podem ser votados normalmente, conforme o nosso Regimento.

Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Jaydson da Silva Duarte".

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2024.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – (Lido a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, projeto de autoria do deputado Chico

Mozart, que participa da Sessão de modo virtual, coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – A pessoa que indiquei para receber essa comenda, presidente, é um roraimense. Ele é um cantor gospel e foi ao estado de Goiás para trabalhar em um serviço braçal. Lá, teve a oportunidade de participar do concurso "Canta Brasil", do qual foi vencedor. Hoje, ele é contratado pela Sony Music, é um cantor reconhecido, nacionalmente. Eu gostaria de pedir o apoio desta Casa para que nós possamos fazer esse reconhecimento para esse roraimense.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a discussão pelo autor da proposição, não havendo mais quem queira discutir a matéria, a coloco em votação. Pergunto aos colegas se podemos votar de forma simbólica? Todos concordam?

Em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com o Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o referido requerimento.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da Moção de Aplausos n. 013/2024, de autoria do deputado Dr. Meton, que participa da sessão de modo online, pelo reconhecimento à Sra. Simone Nassar Tebet (Simone Tebet), Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – (Lida a Moção de Aplausos n. 013/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da Moção de Aplauso n. 013/2024, de autoria do deputado Dr. Meton, coloco-a em discussão. Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a moção permaneçam como estão.

Dou por aprovado a referida Moção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a leitura da Moção n. 014/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella, de Aplausos ao Major Francisco Édson Silva Costa.

O Senhor Primeiro-Secretario **Coronel Chagas** – (Lida a Moção n. 014/24)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da Moção de Aplauso, coloco-a em discussão. Para discutir a deputada Angela Águida, autora da moção.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Eu estava aqui atenta a outra situação, qual das duas?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Moção de Aplauso n. 014/24, ao Major Francisco Édson Silva Costa.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Então, quero discutir sim e já gradeço pela oportunidade. Quero dizer que no dia 26 de março, o Major Francisco estava vindo do sul do estado, do município de Iracema, onde estava combatendo os incêndios. Quando eles chegaram na ponte de Mucajaí, viram que havia um afogamento. A família o chamou e ele rapidamente foi dar o apoio. Ele não tinha equipamento, não estava com a roupa adequada, e, mesmo arriscando a vida, foi tentar fazer o salvamento, apesar de que a pessoa já não havia mais sinais vitais, mas assim mesmo ele arriscou a própria vida, fez o resgate, fez inclusive as manobras de primeiros socorros, ressuscitação. Não foi possível salvá-lo, mas ele entregou o corpo à família, ou seja, foi um ato heroico. Nós queremos então fazer esse reconhecimento de público, por isso eu fiz essa indicação da moção de aplauso, que também é extensiva a tantos outros militares, que no seu dia a dia arriscam a própria vida para nos proteger, proteger a nossa sociedade. É isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica: os deputados que concordam com a Moção de Aplausos n. 014/2024, permaneçam como estão.

Dou por aprovado a referida moção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção n. 015/2024**,** de autoria da deputada Angela Aguida Portella, de Aplausos aos bombeiros militares e brigadistas do estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretario **Coronel Chagas** – (Lida a Moção n. 015/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da Moção de Aplauso, coloco-a em discussão. Para discutir, a autora da Moção, deputada Angela Águida Portella.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – É do conhecimento de todos que nosso estado está passando por forte estiagem. Nós temos visto e sofrido com o grande número de focos de incêndios no estado inteiro. Eu gostaria de expressar também esse sentimento de gratidão, mas também gostaria de parabenizar a atuação do Corpo de Bombeiro Militar, juntamente com os brigadistas da Defesa Civil que têm trabalhado dia e noite para que nós possamos dar uma resposta à sociedade, no que diz respeito à questão dos focos de incêndios. Também, de forma emergencial, estão socorrendo com questão de cacimbas e de entrega de água no combate as consequências dessa estiagem, do El Niño. Tive a oportunidade de ver algumas equipes dessas em campo e eles trabalham além do horário e trabalham também em condições adversas. Eu acho que nós precisamos fazer esse reconhecimento. Então é isso, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem a queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será de forma simbólica: os deputados que concordam com a Moção de Aplausos n. 015/2024, permaneça como estão.

Dou por aprovada a referida Moção.

Moção n. 016/2024, do deputado Eder Lourinho, mas ele não se encontra presente, a transfiro para a ordem da sessão seguinte.

Temos dois requerimentos em Mesa; um da deputada Angela Águida Portella, outro do deputado Dr. Claudio Cirurgião, solicitando à inclusão na Ordem do Dia. Se não houver nenhuma objeção pelos deputados, acato o requerimento dos deputados para incluir na Ordem do Dia, o Requerimento n. 028 e o Requerimento n. 029. Todos concordam?

Solicito à leitura do Requerimento n. 028/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que "requer a retificação da data de realização da Sessão Especial, aprovada por meio do Requerimento n. 25/2024 para o dia 17 de maio de 2024, às 9h, para homenagem e comemoração em alusão à Semana da Enfermagem".

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – (Lido o Requerimento n. 028/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura do Requerimento n. 028/2024, de autoria do deputado Dr. Claudio Cirurgião, coloco o mesmo em discussão.

O Senhor Deputado **Claudio Cirurgião** – Para discutir, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, o deputado Dr. Claudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Claudio Cirurgião** – É de suma importância esse reconhecimento aos nobres colegas profissionais de saúde, que exercem a enfermagem com maestria no estado. A Semana de Enfermagem precisa ser reconhecida por todo o trabalho que esses profissionais fazem em nosso estado.

Aproveitando a fala, presidente, quero pedir desculpas à Mesa, aos nobres deputados, por hoje estar sem gravata no plenário. É de conhecimento de alguns deputados que eu estou com problema de saúde, estou com nódulo na tireoide, fiz uma biópsia, e ontem, ao usar gravata, incomodou bastante em relação a dor no local, depois da minha biópsia. Na próxima sessão, tenho certeza de que esse problema já vai ser resolvido. Obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continuo em discussão o requerimento. Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com o Requerimento n. 028/2024, permaneça como estão.

Dou por aprovado o referido requerimento.

Solicito à leitura do Requerimento n. 029/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio e da deputada Angela Águida Portella, para alterar a data de realização da Sessão Especial em homenagem à Aderr - Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – (Lido o Requerimento n. 029/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura do Requerimento n. 029/2024, coloco-o em discussão.

A Senhora Deputada **Angela Aguida Portella –** Para discutir, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, a autora do requerimento, deputada Angela Águida Portella.

A Senhora Deputada **Angela Aguida Portella –** A Agência de Defesa Animal e Vegetal está completando 16 anos e nós, como um estado que tem como vocação não só o agronegócio, mas também muitos produtores da agricultura familiar, precisamos desse órgão regularmente para que nos dê as condições sanitárias de continuar produzindo em condições de exportar, e, sobretudo, manter as boas práticas para que possamos ter uma alimentação de qualidade. Esses

profissionais que se dedicam de norte a sul do nosso estado, em escritórios, em todos os municípios, fazem o acompanhamento com os produtores, incentivando-os e orientando-os para que nós possamos manter o nosso estado livre de febre aftosa. Também auxiliam no combate à mosca da carambola, nos dando as melhores condições para garantir a sanidade, tanto na área vegetal como animal. Nós entendemos que é uma boa oportunidade para homenagearmos esses profissionais tão dedicados.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordarem com o Requerimento n 029/2024, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 029/2024.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que queira fazer o uso do Expediente de Explicações Pessoais, quero fazer um convite especial aos senhores deputados: nós estamos apoiando um evento realizado pela Federação Nacional dos Praças, Bombeiros e Militares do Brasil, com várias entidades da federação que já se encontra presente em Roraima, juntamente com a Associação dos Policiais e Bombeiros de Roraima, ao XV Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças – ENEP – Roraima. Com abertura na noite de hoje, palestra com o presidente da Comissão de Segurança Pública, da Câmara Federal, deputado Coronel Fraga e teremos durante o dia de quinta e sexta-feira, várias palestras, ministradas pelos senadores Davi Alcolumbre, e outros senadores. Assim como também, a bancada federal e conhecedores do tema que farão sobre a pauta desse encontro.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia dezesseis de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: Angela Aguida, Armando Neto, **Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Idazio da Perfil, Lucas Souza, Neto Loureiro, Odilon, Renato Silva e Soldado Sampaio.**

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 16 DE ABRIL DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às doze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima quarta Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes, aos senhores deputados, aos que nos assistem pela TV Assembleia, Rádio Assembleia e pelas nossas plataformas digitais.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para início da sessão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton –** Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA:** Ofício n. 083/2024, encaminhando proposta de alteração do Projeto de Lei n. 037/2024; **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto Lei n. 069/2024, de autoria dos deputados Armando Neto e Renato Silva, que "institui políticas públicas de incentivo à segurança dos mototaxistas, motoboys e motogirls"; Projeto Lei n. 070/2024, de autoria do deputado Armando Neto, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de mangueiras transparentes nas bombas de postos de combustíveis"; Projeto de Lei n. 071/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que "institui o sistema de denúncia de maus-tratos contra os animais "SOS Animal"; Projeto de Lei n. 072/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de veículos do transporte público de divulgarem imagens e textos de apoio à proteção animal no estado de Roraima"; Projeto de Lei n. 073/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que "institui o calendário oficial no estado de Roraima o mês Agosto Indígena"; Projeto de Lei n. 074/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que "institui a semana dos povos indígenas no estado de Roraima"; Projeto de Lei n. 075/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge, que "institui o dia estadual da advocacia e dá outras providências"; Projeto de Decreto Legislativo n. 022/2024, de autoria do deputado Cláudio Cirurgião, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências"; Indicações nºs 134 e 135/2024, de autoria do deputado Renato Silva; Indicação n. 136/2024, de autoria do deputado Dr. Meton; Indicação n. 137/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas; Indicação n. 138/2024, de autoria do deputado Cláudio Cirurgião; Indicação n. 139/2024, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações nºs 140 a 143/2024 e 145/2024, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicação n. 144/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Moção n. 017/024, de autoria da deputada Tayla Peres, de Aplausos ao programa de Justiça Cidadã, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do estado de Roraima; Moção n. 018/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa, de Pesar pelo trágico e lamentável falecimento do SD QPC PMRR Diano Jesus Silva, em decorrência de um acidente de trânsito na tarde do dia 13 de abril; Moção n. 019/2024, de autoria do deputado Idazio da Perfil, de Pesar pelo falecimento do senhor José Serafim Muniz, externando condolências à família; Moção n. 020/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço, de Pesar aos familiares de José Serafim Muniz, pelo seu falecimento ocorrido no dia 15/04/2024; Requerimento n. 030/2024, de autoria da Comissão Especial, criada nos termos do Ato da Presidência n. 001/2024, que "requer a retificação do Requerimento n. 023/2024"; Memorando n. 107/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço, justificando sua ausências às sessões ordinárias dos dias 09 a 11 de abril de 2024; Memorando n. 023/2024, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 10 de abril de 2024; Memorando n. 067/2024, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausências às sessões ordinárias dos dias 09 e 10 de abril de 2024.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia.

Senhoras e senhores deputados, conforme a Ordem do Dia, previamente divulgada e de conhecimento de todos nós, temos 18 itens na Ordem do Dia, e os primeiros 12 itens se trata de veto governamental, do qual se exige quórum qualificado para deliberar os referidos vetos. Nós temos 13 deputados registrados no painel, é o quórum suficiente para deliberarmos.

Solicito ao primeiro-secretário que faça a verificação de quórum especial para deliberação das matérias. Têm 15 deputados registrados.

Temos quórum dentro do limite, mas vamos dar sequência à Ordem do Dia (discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: 1 - **Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 19/2024 ao Projeto de Lei n. 291/2023,** que "institui a Política de Turismo do estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do deputado Marcos Jorge; 2 - **Mensagem Governamental de Veto Total n. 20/2024 ao Projeto de Lei n. 66/2023,** que "dispõe sobre a inclusão de produtos da agricultura familiar de Roraima, de origem animal, com serviço de inspeção sanitária e hortifrutis, na alimentação escolar da rede estadual de educação e programa de aquisição de alimentação do governo de Roraima e dá outras providências", de autoria do deputado Jorge Everton ; 3 –**Mensagem Governamental de Veto Total n. 22/2024 ao Projeto de Lei n. 288/2023**, que "assegura à mulher vítima de violência doméstica, familiar e ocorrências semelhantes, que tenha como resultado a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais ou de seus dependentes pelo agressor, prioridade imediata no atendimento para emissão de novos documentos", de autoria da deputada Aurelina Medeiros; 4 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 17/2024,** que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à Agência

de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima - Aderr, e dá outras providências", de autoria do deputado Soldado Sampaio e outros ; 5 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 18/2024,** que "concede a Comenda Orgulho de Roraima a servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima - Aderr, e dá outras providências", de autoria do deputado Soldado Sampaio e outros ; 6 - **Moção n. 11/2024,** de aplausos a policiais militares da Companhia Independente de Policiamento Ambiental - Cipa, abaixo nominados, pelo ato de bravura por salvarem a vida de dois professores da escola municipal Júlio Crispim de Abreu no Baixo Rio Branco, região de Santa Maria do Boiaçu, de autoria do deputado Jorge Everton ; 7 - **Moção n. 17/2024,** de aplausos ao Programa Justiça Cidadã, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, de autoria da deputada Tayla Peres; 8 - **Moção n. 18/2024,** de pesar pelo trágico e lamentável falecimento do SD QPC PMRR Diano Jesus Silva, em decorrência de um acidente de trânsito na tarde do dia 13 de abril, de autoria do deputado Rárison Barbosa).

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 19/2024 ao Projeto de Lei n. 291/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 19/2024 ao Projeto de Lei n. 291/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, trata-se de veto parcial, já foi discutido na CCJ. A comissão entendeu pela manutenção do veto parcial, sob relatoria da deputada Aurelina Medeiros. Eu estou de acordo com a decisão da CCJ, portanto não tenho nenhum desconforto em encaminharmos voto pela manutenção do veto parcial.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. O parecer da Procuradoria foi pela manutenção do veto, o parecer da CCJ foi pela manutenção do veto, o autor da proposição não se abstém ao veto.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados mantêm o veto, votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 12 votos "sim", 2 "não", e nenhuma abstenção, dou por mantido o Veto Governamental, através da Mensagem n. 019/2024, ao Projeto de Lei n. 291/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 020/2024 ao Projeto de Lei n. 066/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 020/2024 ao Projeto de Lei n. 066/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O parecer da CCJ foi pela rejeição ao veto, assim como também, o parecer da Procuradoria da Casa. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o autor da proposição, deputado Jorge Everton. Depois o deputado Gabriel Picanço e o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Só relembrando aos colegas que esse é um projeto de minha autoria. O nosso objetivo é fazer com que o governo possa adquirir os alimentos que são produzidos pela Agricultura Familiar porque, muitas vezes, o produtor não consegue vender o seu produto e os municípios têm uma demanda para atender a merenda escolar. Então, não custa nada o governo priorizar a compra desse material que é produzido com muito esforço pelos nossos homens e mulheres na Agricultura Familiar.

Não vejo motivos para o veto ao projeto. Acho que é, como eu venho defendendo aqui, um vetar por vetar porque não cria nenhuma despesa, só diz que os produtos quando forem adquiridos para merenda escolar sejam introduzidos esses alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, nada mais. Então, peço aos colegas que votem pela derrubada desse veto.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria, na mesma linha do deputado Jorge Everton, também pedir ao governador que se sensibilize com o povo do interior, principalmente, das pequenas cidades do interior, que trabalham na agricultura familiar para que o produto deles seja inserido e comprado pelo estado para ser inserido na merenda escolar dos municípios. Então, parabéns Jorge, pela iniciativa e vamos votar sim pela derrubada do veto.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Eu quero aqui parabenizar o projeto de autoria do deputado Jorge Everton. Nós fizemos uma discussão ampla na CCJ e o que nós identificamos é que o projeto de lei do deputado fortalece, inclusive, políticas públicas já existentes no próprio governo. Já os programas de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, da Agricultura Indígena. Então, não se está criando atribuição no sentido do que nós discutimos na CCJ. Portanto, quero desde já, também me manifestar favorável à derrubada do veto, em consonância com o que foi decidido na CCJ.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim" os deputados mantêm o veto, votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 13 votos "não", e nenhuma abstenção. Dou por rejeitado o veto governamental, através da Mensagem n. 020/2024, ao Projeto de Lei n. 066/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

Solicito à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 021/2024 ao Projeto de Lei n. 069/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Há uma informação da Assessoria Técnica que o item 3, ainda se encontra na CCJ, concluindo a votação. Sendo assim, retiro-o da Ordem do Dia.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 22/2024 ao Projeto de Lei n. 288/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Total n. 22/2024 ao Projeto de Lei n. 288/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "'sim", os senhores deputados mantêm o veto e votando "não", rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 13 votos "não", e nenhuma abstenção, dou por rejeitado o Veto Total à Mensagem Governamental de Veto Total n. 22/2024 ao Projeto de Lei n. 288/2023, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** pede Questão de Ordem – Senhor presidente, tendo em vista o quórum do momento e quantidade de vetos ainda a serem apreciados, e tendo em vista também, a ausência de alguns dos parlamentares, autores das matérias que estamos apreciando, eu requeiro que a Ordem do Dia da sessão de hoje, seja transferida para a próxima Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a Questão de Ordem pelo deputado Marcos Jorge, pergunto se algum deputado se opõe, haja vista, que precisamos de quórum qualificado, e tem registrado apenas 13 votos, correndo o risco de prejudicar a proposição de um colega, pela sua ausência ou pela margem muito próxima de uma rejeição ou aprovação do veto.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** pede Questão de Ordem – Presidente, nós precisamos colocar em votação a Comenda Orgulho de Roraima para os servidores da Aderr, em alusão aos 16 anos de aniversário da instituição.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Compartilho a preocupação de Vossa Excelência, também, a ideia seria só transferir para Ordem do Dia seguinte os vetos, por precisarem de quórum especial.

Então, não havendo objeção transfiro todas as Mensagens de Veto para a sessão seguinte.

Transfiro para a próxima sessão o Projeto de Decreto Legislativo n. 04/2024, pois precisa de quórum qualificado.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 17/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella e outros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 17/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. Se todos concordarem vou colocar a votação de forma simbólica. Não havendo discordância. Em votação. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 17/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 18/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio e outros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 18/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. Se todos concordarem, vou colocar em votação de forma simbólica. Não havendo discordância. Coloco a matéria em votação simbólica: os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 018/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio e outros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção de Aplausos n. 011/2024, de autoria do deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 011/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será de forma simbólica, os deputados que concordarem com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Aplauso n. 011/2024, de autoria do deputado Jorge Everton.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção de Aplausos n. 017/2024, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 017/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será de forma simbólica: os deputados que concordam com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Aplauso n. 017/2024, de autoria da deputada Tayla Peres.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar n. 018/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 018/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será de forma simbólica: os deputados que concordam com a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar n. 018/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

Senhoras e senhores deputados, continuamos sem quórum e por isso mantemos a transferência dos itens de Mensagem de Veto Governamental para a Ordem do Dia da sessão seguinte.

Gostaria de constituir a Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei n. 066/2024, de autoria do Ministério Público. Essa matéria já está no Sapl, é de conhecimento de todos e já passou na CCJ. É um projeto que trata da reposição salarial dos servidores. Houve, por parte dos servidores da instituição, um pedido para darmos a devida celeridade. Temos pauta trancando a Ordem do Dia, todo um rito, queria compartilhar com os senhores deputados se podemos criar uma Comissão Especial para tratar o Projeto de Lei n. 066/2024. Há alguma objeção?

Todos concordam. Crio a Comissão Especial com os seguintes membros: Aurelina Medeiros, Marcos Jorge, Dr. Cláudio Cirurgião, Soldado Sampaio e Gabriel Picanço. Desde já, peço à deputada Aurelina Medeiros que reúna a comissão e encaminhe a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Eu gostaria de pedir aos deputados que compõem a comissão, já estando pronta a resolução, para que nós possamos nos reunir amanhã, antes da Sessão, para deliberarmos a matéria.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Ordem do Dia e seguiremos para o Expediente de Explicações Pessoais. Para fazer uso da palavra, deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Gostaria de deixar ciente aos nobres colegas, que no dia 17 de maio, nós teremos a semana em comemoração à enfermagem aqui no estado e tem um PDL n. 22/2024, de nossa autoria, que concede a Comenda Orgulho de Roraima para profissionais de enfermagem que tiveram trabalhos relevantes no estado. Solicito aos nobres colegas, se tiverem alguma emenda ou indicação para fazer ao nosso PDL, que está à disposição. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira fazer uso das Explicações Pessoais. E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e cinquenta e nove minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia dezessete de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárison Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 17 DE ABRIL DE 2024 PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

Às dez horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a décima quinta Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Bom dia a todos os presentes. Convido o senhor deputado Coronel Chagas e a senhora deputada Catarina Guerra para atuarem como primeiro e segundo-secretários *ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas –** Senhora presidente, para a abertura da Sessão são necessários 8 parlamentares e no momento temos, presencialmente, 7 deputados e de forma online temos 3 deputados. Sendo assim, há quórum regimental.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Catarina Guerra** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhora presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 64/2024, encaminhando a Prestação de Contas do TCE/RR e do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – Exercício 2023. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto Lei n. 076/2024, de autoria do deputado Armando Neto, que "institui a Política Pública de Transparência nas Obras Públicas"; Projeto de Decreto Legislativo n. 023/2024, de autoria da deputada Catarina Guerra, que "declara de utilidade pública a Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima – Kapói"; Indicação n. 146/2024, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações nºs 147 a 149/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho; Requerimento n. 31/2024, de autoria da Comissão Especial, criada nos termos do Ato da Presidência n. 020/2023, que requer prorrogação de prazo por igual período para esta Comissão Especial; Memorando n. 26/2024, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 16 de abril de 2024.

Era o que constava do Expediente, senhora presidente.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Não há oradores inscritos, senhora presidente.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia. Gostaria de informar que a maioria dos projetos que se encontram nesta Mesa para a Ordem do Dia são vetos, e para os quais é exido quórum qualificado.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para deliberarmos os projetos da Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhora presidente, trata-se de sete mensagens governamental de veto, que exige quórum qualificado, como também um Projeto de Decreto Legislativo, que exige quórum qualificado de 16 deputados e nós temos no momento, apenas 12 deputados registrados na Sessão. Portanto, não há quórum para a deliberação.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Não havendo quórum para a deliberação das matérias que estão na Ordem do Dia, passaremos ao Expediente de Explicações Pessoais. Com a palavra, deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhora presidente, apenas para informar, mais uma vez, que neste final de semana, nós teremos na sexta e no sábado, a realização do maior festejo de rodeio do nosso estado no município de Bonfim. Nós teremos, além das corridas de cavalo, de rodeio, a prova do tambor, onde teremos a participação da nossa querida deputada Tayla Peres, que irá participar da prova do tambor, e teremos diversas atrações. Teremos shows de bandas nacionais, locais e regionais. Então, nós viemos aqui para convidar todas as pessoas que estão nos assistindo através da TV Assembleia e Rádio Assembleia para participarem desse festejo, que faz parte do patrimônio cultural do nosso estado e aguardado ansiosamente, por todos os roraimenses e por pessoas de outros países, como a Venezuela, a Guiana e outros estados que vêm para Roraima participarem de todos esses eventos. Fica aqui o convite em nome do povo de Bonfim, que é um povo hospitaleiro e que se prepara sempre para bem receber todos os turistas que vão para lá.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros -** Não havendo mais nenhum deputado que queira fazer uso do expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às dez horas e vinte e quatro minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia dezoito de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Claudio Cirurgião, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Lucas Souza, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro e Odilon.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO 409/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do deputado Gabriel Figueira Pessoa Picanço, no período de 21 a 23 de maio de 2024, para cumprir agenda institucional, reuniões e encontros de interesse do Estado de Roraima e da 3ª Reunião da Unale, em Brasília – DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 410/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus da servidora Leydiane Rodrigues Oliveira Magalhães, matrícula 29191, no período de 21 a 23 de maio de 2024, para assessorar o deputado Gabriel Figueira Pessoa Picanço em visitas institucionais ao Congresso Nacional, em reuniões e encontros de interesse do Estado de Roraima e da 3ª Reunião da Unale, em Brasília – DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 411/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do servidor Marcio de Magalhães Nunes, matrícula 25779, com ida e retorno em 9 de maio de 2024, para acompanhar a agenda do Presidente da Assembleia Legislativa e fazer cobertura fotográfica da audiência pública, que trata sobre a Política Fundiária e Regularização rural, em Caroebe – RR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 412/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus da deputada Joilma Teodora de Araújo Silva, no período de 19 a 21 de maio de 2024, para participar de reunião com parlamentares na Câmara dos Deputados e Senado Federal para tratar de projetos de interesse desta Casa Legislativa, em Brasília – DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 413/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do deputado Francisco Claudio Linhares de Sa Filho, no período de 20 a 25 de maio de 2024, para participar da "Feira Hospitalar 2024" principal evento Multisetorial de saúde da América Latina, em São Paulo - SP.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 414/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizo o afastamento com ônus do deputado Francisco Claudio Linhares de Sá Filho, no período de 23 a 27 de julho de 2024, para participar da 16ª Conferência Mundial de Bioética, Ética, Médica e Direito da Saúde, em Brasília – DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 415/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento sem ônus dos servidores abaixo relacionados, com ida e retorno em 22 de maio de 2024, para participar do evento "Faça Bonito de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes". em Caracarai -RR.

SERVIDOR	MATRÍCULA
Maria do Socorro Batista dos Santos	18364
Ytalo da Silva Xavier	31088

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 416/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus da servidora Ilaine Inês Henz Dias, matrícula 28019, no período de 14 a 19 de maio de 2024, para cumprir agenda institucional, em Brasília - DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 417/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do deputado Renato de Souza Silva, matrícula 2101, no período de 14 a 16 de maio de 2024, para participar de reuniões institucionais para tratar de assuntos de interesse do Estado de Roraima, a serviço deste poder Legislativo em Brasília – DF.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

RESOLUÇÃO 418/2024

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Convalido o afastamento com ônus do servidor Edsheeder Sousa dos Santos, matrícula 31118, no periodo de 9 a 12 de maio de 2024, para acompanhar o Deputado Jorge Everton Barreto Guimarães na audiência pública, que trata sobre a Política Fundiária e Regularização rural, em Caroebe – RR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de maio de 2024.

Orlando Vagno de Jesus Santos
Superintendente-Geral
Matrícula: 27012/ALERR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ERRATA DA RESOLUÇÃO N° 3168/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, RETIFICA - na seção Atos Administrativos referente à Resolução **nº 3168/2024-SGP**, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 4163 de 08 de maio de 2024, devido à incorreção no período de usufruto das férias do servidor (a) ser sanado (a).

Onde se lê:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) MIRELE SALVADORI, matrícula: 11723, programadas para **02/05/2024 a 31/05/2024**, referente ao exercício de 2022, por necessidade da administração conforme memo n° 088/2024-SL.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 11/07/2024 a 08/08/2024.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/05/2024.

Leia-se:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) MIRELE SALVADORI, matrícula: 11723, programadas para **02/05/2024 a 31/05/2024**, referente ao exercício de 2022, por necessidade da administração conforme memo n° 088/2024-SL.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 11/07/2024 a 09/08/2024.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/05/2024

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 3185/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de **16/05/2024** o usufruto das férias do (a) servidor(a) VANDA GARCIA DE ALMEIDA CASTRO, matrícula: 24234, programada para o período de **02/05/2024 a 31/05/2024**, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 16/05/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 3186/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA ROCHA, matrícula: 27755, programadas para **01/03/2024 a 30/03/2024**, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração conforme memo n° 104/2024-CASA MILITAR/ALE/RR.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 01/06/2024 a 30/06/2024.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 01/03/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 3187/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor(a) JULIANA RODRIGUES DE MATOS, matrícula: 22299, programadas para **17/05/2024 a 31/05/2024**, referente ao exercício de 2023, por necessidade da administração conforme memo SUPCOM-ALE N° 247/2024.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em 19/08/2024 a 02/09/2024.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a contar de 17/05/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS - SCP/ALE-RR
ERRATA DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) 024/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 755/2022

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, através da Superintendência de Compras - SCP, torna pública a **RETIFICAÇÃO do Resultado de Licitação** do Pregão Presencial (SRP) N° 024/2023, oriundo do Processo Administrativo Nº 755/2022, publicado no Diário da ALE/RR, em 17 de maio de 2024, Edição N° 4170, página 8, conforme segue:

Onde se lê:

"(...) com o valor total de R$ 12.950.000,00 (doze milhões novecentos e cinquenta mil reais)."

Leia-se corretamente:

"(...) com o valor total de **R$** 12.941.161,45 (doze milhões novecentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)."

Onde se lê:

"(...) com os valores totais de ..... e R$ 817.298,90 (oitocentos e dezessete mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Leia-se corretamente:

"(...) com os valores totais de ..... e R$ 817.298,89 (oitocentos e dezessete mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos).

Boa Vista, 20 de maio de 2024.

Charles de Oliveira Parente
Superintendente de Compras
Matrícula n° 18.771
Resolução Nº 2143/2024 – SGP